



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 20 – nº 77 – novembro 2009

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

Mudanças climáticas e refugiados ambientais

EDITORIAL	2
ITALIANO	3
Rifugiati climatici, i profughi invisibili.....	3
Legambiente: Italia Meridionale a rischio desertificazione.....	5
Profughi invisibili in fuga da inondazioni e siccità.....	6
"Copenhaga: Seattle è cresciuta".....	7
La Convenzione relativa allo status dei rifugiati: uno strumento ancora valido?.....	8
Per i rifugiati il clima è già cambiato.....	9
PORTUGUÊS	10
Migrantes ou refugiados ambientais? A polémica por trás do conceito.....	11
Mulheres são as mais prejudicadas com mudanças climáticas.....	12
300 mil mortes/ano atribuíveis às alterações climáticas.....	13
Acordo em Copenhaga é indispensável para evitar migrações forçadas.....	14
Oxfam pede à Europa 35 bi de euro ao ano para combate à mudança climática.....	14
Noruega lidera lista de maiores doadores de ajuda humanitária no mundo.....	15
ENGLISH	16
Africa Signs Off on Intent to Protect Internally Displaced People.....	16
Climate change could displace 600 million people, report warns.....	17
Confusion over climate migrants.....	18
In Nigeria, soil erosion is a state of emergency.....	19
Climate Displacement: The Muddle on Terminology.....	20
Managing Disasters and Displacement.....	20
ESPAÑOL	24
Cambio climático podría crear 150 millones de refugiados en el 2050.....	24
Refugiados ambientales superan los de guerra.....	25
Refugiados climáticos: un estatuto difícil de crear.....	26
Somalia: Las fuertes lluvias agravan la situación de los desplazados.....	27
Cambio Climático-Vietnam: Salud y derechos humanos en juego.....	28
Entidades llaman atención para migrantes forzosos por el cambio climático.....	29
26 millones de personas se han convertido ya en refugiados climáticos.....	30

EDITORIAL

“Se o clima fosse um banco já teria sido salvo”
(slogan pré-Copenhague)

A questão ecológica pode ser corretamente definida como o termômetro de uma ampla crise que envolve o mundo contemporâneo. O ser humano, que em épocas passadas compreendia-se como *parte* da natureza, colocou-se *acima* dela, como soberano e dominador. O meio ambiente, antes respeitado e até temido, agora se tornou um mero instrumento em vista da realização dos interesses humanos – ou, melhor, de uma parte da humanidade.

Essa visão instrumental do meio ambiente produziu, em poucas décadas, uma verdadeira depredação ecológica: deflorestação, aquecimento global, desenfreada emissão de gases de efeito estufa, desertificação, poluição do ar, consumo irrestrito dos recursos naturais não renováveis, contaminação de rios e mananciais por lixo doméstico, industrial e pluvial, escassez de água potável, aumento do nível dos mares, etc..

As consequências para a humanidade são dramáticas. Entre elas, a presente RESENHA ressalta a questão dos assim chamados *refugiados ou deslocados ambientais*. Sabe-se que esta categoria não está incluída na Convenção de Genebra e há vários debates acerca de sua definição.

Um relatório da IOM e do UNFPA (*Seminario de Expertos: Migración y Medio Ambiente. Diálogo internacional sobre la migración*, 2008) distingue entre as pessoas que migram movidas por questões ambientais a fim de *“prevenir o pior”* (em situações de falta de investimentos e políticas públicas de prevenção), a fim de *“evitar o pior”* (em situações em que os meios de sustento estão já comprometidos) e a fim de *“fugir do pior”* (em situações de destruições imediatas que não apenas afetam os meios de sustento, mas que colocam em risco a própria vida).

Essas distinções revelam a complexidade do fenômeno, que abrange deslocamentos individuais e coletivos, internos e internacionais, temporários e permanentes, bem como questões ambientais, sociais, culturais, políticas e econômicas.

O que parece evidente, no entanto, é que os mais afetados por desastres ambientais são os segmentos mais pobres da população mundial, a saber, os menos responsáveis pela crise ecológica. Como afirma o supracitado relatório, *“lo que está claro es que los pobres y los menos cualificados tienen menos opciones de hallar su estrategia para salir adelante. [...] Los pobres y los menos cualificados suelen estar doblemente en desventaja. No sólo carecen con frecuencia de un seguro (informal o formal) para superar problemas ambientales, sino que también pueden afrontar mayores obstáculos ante la movilidad laboral interna e internacional”*.

Consoante o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (*Informe sobre Desarrollo humano 2007-2008. A lucha contra el cambio climático*), atualmente existem 344 milhões de pessoas expostas a ciclones tropicais, 521 milhões expostas a inundações, 130 milhões expostas a secas e 2,3 milhões expostas ao perigo de deslizamentos de terra. É por tudo isso que o PNUD alerta sobre a gravidade e a urgência da questão: *“El mundo dispone de menos de 10 años para cambiar su rumbo. No hay otro tema más urgente y ninguno exige medidas tan inmediatas como este”*.

No entanto, à gravidade do desafio não corresponde um irrepreensível compromisso por parte de lideranças políticas e econômicas internacionais. Mas por que fechar os olhos diante do drama de milhões de deslocados ambientais? Quem seria tão tolo a prejudicar o futuro da vida humana no planeta? Quem teria a coragem de deixar como herança a nossos filhos e netos uma terra inabitável?

Essa “irracionalidade ética” chama-se hoje de neoliberalismo. Com essa expressão não entendemos apenas um sistema econômico, mas também, e sobretudo, uma “cultura neoliberal”, uma mentalidade, um imaginário que identifica e atrela o “sentido” e a dignidade da vida humana ao ato de consumir mercadorias. Nesta ótica, o ser humano “adquire humanidade” na medida em que se insere na lógica do mercado enquanto produtor e/ou consumidor. Uma terceira opção é integrar-se ao mercado “do outro lado da vitrine”, como mercadoria. Fora disso, o ser humano é apenas um ser

descartável, um refugio – como diria Bauman – um *homo sacer* – nas palavras do Giorgio Agamben – ou uma “não-pessoa” – como sublinha um conhecido livro de Alessandro Dal Lago.

O que fazer? Em geral, na atualidade, a busca de soluções não visa atingir as causas efetivas do problema. Tenta-se apenas amenizar a intensidade da depredação neoliberal. A nosso ver, a única solução real ao problema é representada pela MUDANÇA DE ESTILO DE VIDA, sobretudo dos povos economicamente mais ricos. Isso significa, entre outras coisas, redução do consumo e da depredação dos recursos naturais não renováveis; fortalecimento de uma “cultura” da preservação do meio ambiente e da eliminação dos desperdícios; redistribuição das riquezas em nível nacional e internacional; acolhida e apoio às pessoas que vivem em países mais vulneráveis às mudanças climáticas, o que implica também o reconhecimento internacional dos “refugiados ambientais”. Enfim, a única solução eficaz é representada pela *revisão radical do modelo de desenvolvimento*, um modelo que garanta a sustentabilidade ecológica e, ao mesmo tempo, como alerta o Texto Base da Campanha da Fraternidade ecumênica de 2010, crie “reais condições de segurança e oportunidades de desenvolvimento da vida de todas as pessoas, desde os mais pobres e vulneráveis” (n. 26).

Como reza um lema de grupos ecologistas: “se o clima fosse um banco já teria sido salvo”!! Tomar consciência da realidade é o início da solução. É um dever de todos os cidadãos do planeta terra!

ITALIANO

Rifugiati climatici, i profughi invisibili

di Stefania del Bianco

Le vittime delle conseguenze del surriscaldamento sono una categoria di migranti ancora sconosciuta ai più, priva di uno statuto ufficiale, ma destinata a crescere rapidamente. E a pagarne lo scotto ancora una volta sono i Paesi più poveri ed in primis le zone costiere e le isole del Sud-est asiatico, così come le aree in via di desertificazione dell’Africa subsahariana

Senza più casa, costretti ad abbandonare la propria terra perché zona a rischio, stravolta dai processi di desertificazione, stress idrico o innalzamento del livello del mare, e in attesa di futuro incerto fatto di piani di trasferimento e reinsediamento. Sono i “Climate Refugees”, letteralmente rifugiati climatici, gli sfollati da un processo a livello ambientale che trova l’uomo, nel medesimo tempo, causa geologica e vittima designata. La nuova ferita apertasi sulla pelle di questo millennio allarma e fa discutere, per poi scivolare nuovamente nel dimenticatoio mediatico, assecondato da un’opinione pubblica oramai sempre più immune al dramma del disastro.

Intanto le prime “popolazioni in fuga” si fanno avanti: sono quelle dalle isole Carteret (1.500 abitanti), in Papua Nuova Guinea, costrette all’evacuazione totale entro il 2020 a fronte del progressivo innalzamento delle acque oceaniche e a cui è stato riconosciuto il triste titolo di primi effettivi profughi ambientali a causa del riscaldamento globale. E sono i 2.000 residenti dell’isoletta di Ontong Java, localizzata in un atollo del Pacifico che rischia di essere completamente

inghiottito dal mare entro il 2015 e dove l’intrusione di acqua salata ha già devastato le coltivazioni di una delle principali colture alimentari delle isole. Ad alto rischio anche le Maldive: secondo le previsioni più ottimistiche il livello degli oceani è suscettibile di un aumento di 59 cm circa entro il 2100 (stime ONU) e per un arcipelago in cui l’elevazione massima è di 200 cm sopra al livello del mare appare ovvio l’impellente questione che si pone. Il neo presidente maldiviano Nasheed ha già lanciato una proposta: istituire un fondo sovrano con i proventi del turismo da destinare all’acquisto di nuova terra per i 380.000 isolani, nel caso in cui l’emigrazione forzata si rendesse inevitabile. Un salvagente, dunque ma anche un forte richiamo, nei confronti della comunità internazionale, di un Paese che intende rifuggire dall’etichetta di sfollati ambientali – nonostante per ora sia solo un’ipotesi – e che ‘non ci sta’ a dover subire un destino deciso altrove. Gli Stati isola sono, infatti, tra i primi a pagare lo scotto di un collasso della sostenibilità ambientale provocato dai Paesi sviluppati.

L’allarme ambientale fa il giro del mondo dal Bangladesh all’Africa occidentale, tanto che 43 Stati

insulari appartenenti ad Africa, Caraibi, Oceano Indiano, Mediterraneo, Pacifico e Mar Cinese Meridionale, si sono riuniti nell' AOSIS (Alliance of Small Island States) per portare all'attenzione dell'ONU le loro drammatiche condizioni.

A "remare contro" è anche la scarsa attenzione alla questione dimostrata dai Paesi sviluppati, ed in particolare dai grandi inquinatori, unitamente all'incapacità di rispondere a movimenti forzati di massa. Sono d'esempio i continui rifiuti da parte dell'Australia nei confronti della domanda di asilo collettivo avanzata dagli abitanti delle isole Tuvalu, un arcipelago di 9 atolli dell'oceano Pacifico destinato a sparire in un paio di generazioni. Un primo aiuto potrebbe arrivare ora dall'Unione Europea che nel suo rinnovato impegno contro il Global Warming ha firmato prima di Natale un accordo con il Pacific Islands Forum (PIF); l'intesa raggiunta mira ad affrontare l'incombente minaccia attraverso progetti di conservazione delle risorse naturali, di energie rinnovabili e di ricerca locale sul cambiamento climatico, a cui l'UE fornirà assistenza tecnica e finanziaria.

La situazione risulta essere ancora più complessa dal momento che, giuridicamente, i rifugiati climatici non esistono nel regime internazionale dei diritti umani. La Convenzione ONU di Ginevra (1951) indica come rifugiato colui che "temendo a ragione di essere perseguitato per motivi di razza, religione, nazionalità, appartenenza a un determinato gruppo sociale o per le sue opinioni politiche, si trova al di fuori del Paese della sua nazionalità..." , lasciando dunque i profughi del cambiamento climatico esclusi da qualsiasi categoria predefinita e da qualsiasi diritto di asilo da Paesi terzi. A mancare, in realtà, è addirittura una definizione univoca del termine comunemente accettata a livello internazionale, tanto da essere più comunemente classificati come rifugiati "ambientali"; la difficoltà risiede in parte nello stabilire un legame diretto ed esclusivo tra il fenomeno climatico e la migrazione a causa dell'esiguità di dati e conclusioni di ricerche affidabili. E' convinzione di molti che la creazione dello status di Climate Refugees si scontrerebbe contro la difficoltà di provare il movente ambientale del loro esilio, movente di solito risultato di considerazioni complesse che richiamano anche fattori personali, sociali ed economici e che non possono essere trasformati in una singola relazione di causalità. Il suggerimento che arriva da François Gemenne, ricercatore del Centro di studi etnici e della migrazione dell'Università di Liegi (Belgio) è che venga piuttosto adottato il termine di "sfollati ambientali" il cui significato meglio si adatterebbe a render conto del malessere delle popolazioni e per gli Stati ospiti avrebbe il pregio di essere indefinito e "temporaneo".

Il termine stesso non è riconosciuto "ufficialmente" neppure a livello dell'Alto Commissariato delle Nazioni Unite per i Rifugiati (UNHCR), nonostante nel recente incontro di Poznan l'agenzia stessa abbia espresso la sua preoccupazione sulla crescente consapevolezza dei pericoli del cambiamento climatico e la troppa poca attenzione destinata invece il suo probabile impatto sullo spostamento umano. Finora, la comunità internazionale si è concentrata su gli aspetti scientifici del cambiamento climatico, con l'obiettivo di comprendere i processi in gioco e stabilirne la natura antropogenica per mitigare l'impatto delle attività umane, nonostante fin dal 1990 l'Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) abbia ipotizzato che il singolo impatto di maggior portata causato dal cambiamento climatico potesse aversi proprio sulla migrazione umana.

Questa difficoltà di definizione unitamente alla paura di metter mano alla Convenzione di Ginevra si traduce in un ulteriore ostacolo a livello previsionale. Il rapporto più famoso in tal senso è quello redatto nel 1994 da Norman Myers, analista ambientale e tra i massimi esperti di biodiversità, che stimò che il numero di eco-profughi fosse di oltre 25 milioni, (ben 18 milioni in più rispetto ai rifugiati ufficialmente riconosciuti per motivi politici, etnici o religiosi). Le proiezioni presentate da Myers e confermate dall'UNHCR nel rapporto del 2002, prevedono per il 2050 una situazione che produrrà oltre i 150 milioni di profughi ambientali, concentrati soprattutto nell'Africa subsahariana, in India, Cina, Messico ed America Centrale. Secondo l'ultimo rapporto dell'IPCC, entro la metà di questo secolo, 200 milioni di persone rischiano di diventare permanentemente sfollati per cause ambientali, vale a dire oltre 1,5% della popolazione prevista per quella data, e dello stesso parere è il rapporto presentato lo scorso marzo a Bruxelles da Javier Solana, l'Alto rappresentante della UE per la politica estera. Allargando le stime a tutte le tipologie di crisi ambientali l'UNDP, il programma di sviluppo dell'ONU, sostiene poi che quasi un miliardo di persone siano a rischio di catastrofi naturali dove il cambiamento climatico agisce come fattore di esacerbazione: 344 milioni esposte a cicloni tropicali, 521 milioni a inondazioni, 130 milioni a siccità, 2,3 milioni a frane.

Contestualmente alla necessità di colmare i divari conoscitivi sulla questione, l'Unione Europea ha dato il via a EACH-FOR, un progetto di ricerca sul cambiamento ambientale e gli scenari di migrazione forzata che si concentra sulle tendenze di molteplici problemi ambientali e degli aspetti sociopolitici e demografici associati. L'obiettivo del progetto è quello di rilevare e descrivere le cause alla base delle migrazioni forzate in relazione al

degrado o al cambiamento ambientale e la loro associazione con i fenomeni di tipo sociale politico ed economico in Europa e nei principali paesi origine dei flussi migratori, producendo una serie di casi studio selezionati tra le seguenti regioni: Europa e Russia, Asia, Africa sub-sahariana e Nord Africa e America Latina. Nella scena internazionale anche l'UHNCR sta programmando di esaminare la questione dell'evacuazione indotta da fattori ambientali dal punto di vista della protezione/diritti umani, mentre l'UNESCO ha di recente dato il via ad un programma di lavoro sullo sviluppo di conoscenze, ricerche e capacità in materia di politiche urbanistiche, in previsione dell'impatto ambientale dell'urbanizzazione incontrollata nei territori rurali e costieri a causa della migrazione climatica.

I temuti primi impatti del Riscaldamento Globale si sono dunque appalesati in anticipo su ogni previsione, pur rimanendo nell'ombra mediatica, e premono ora sulla necessità di un serio impegno collettivo nella lotta ai cambiamenti climatici come unica strategia per affrontare le questioni legate all'ospitalità e alle politiche di adattamento. Una criticità ben riassunta nelle parole di Koko Warner, capo della sezione dell'ONU-EHS dedicata alla Vulnerabilità sociale e Migrazione ambientale, pronunciate al margine del vertice polacco dell'UNFCCC: "Non possiamo più chiudere gli occhi davanti a ciò che sta accadendo intorno a noi a causa dei cambiamenti climatici. Non possiamo più dire che stia succedendo altrove".

Fonte: <http://www.rinnovabili.it/rifugiati-climatici-i-profughi-invisibili-401055> 09.01.09

Legambiente: Italia Meridionale a rischio desertificazione

Basilicata, Calabria, Campania, Molise, Puglia, Sardegna e Sicilia sono fortemente a rischio. La situazione è particolarmente grave in Sardegna, dove il pericolo desertificazione riguarda ben il 52% del territorio regionale, di cui l'11% già colpito. A forte rischio anche la Sicilia, le piccole isole e la Puglia.

Questi i dati allarmanti sulla desertificazione presentati da Legambiente in un recente dossier sugli ecoprofughi. "La desertificazione non riguarda solo le aree torride dell'Africa – ha dichiarato Sebastiano Venneri, vicepresidente di Legambiente -. Il problema è reale e ci tocca anche molto da vicino. Senza reali cambi di marcia nelle politiche energetiche e ambientali il rischio diverrà concreto e irreversibile".

La desertificazione infatti, si può considerare come la fase finale del degrado chimico, fisico e biologico in quanto la terra perde irreversibilmente la capacità di sostenere la produzione agricola e forestale, e anche se le piogge tornano a bagnare i suoli, il degrado, che ormai è in atto, non regredisce anzi molto spesso peggiora.

Le regioni aride e semi-aride del pianeta - si legge nel dossier - rappresentano quasi il 40% della superficie emersa della Terra (5,2 miliardi di ettari) e ospitano circa due miliardi di persone. 135 milioni di persone rischiano di essere spostate a causa della desertificazione, e di queste circa 60 milioni tra il 1997 e 2020, abbandonerà (nel primo periodo preso in considerazione ciò è già avvenuto) le zone desertificate dell'Africa subsahariana verso l'Africa settentrionale e l'Europa.

Di fatto poi il Sahara ha oramai "attraversato" il Mediterraneo, uno dei 25 hotspots mondiali per la biodiversità. 30 milioni di ettari di terra lungo le rive del Mediterraneo sono già colpiti da desertificazione, fenomeno che mette a rischio la sopravvivenza di 6,5 milioni di persone.

Un quinto dei territori in Spagna è soggetto a desertificazione e anche il Portogallo, l'Italia e la Grecia sono colpiti seriamente dal fenomeno del quale non è immune nemmeno la Francia meridionale. Il Marocco, la Libia e la Tunisia perdono ciascuno circa 1.000 Km² di terre produttive ogni anno, in Egitto metà delle terre arabili irrigate sono meno produttive a causa della salinizzazione dell'acqua utilizzata. Tutto l'ecosistema Mediterraneo subisce prolungati periodi di siccità e presenta una marcata tendenza all'erosione.

"La desertificazione - ha continuato Venneri - oltre a distruggere la biodiversità degli ecosistemi accentua ed accelera le problematiche connesse al global warming producendo effetti retroattivi, determinando migrazioni di popoli verso altri territori, con conseguente aumento della conflittualità sociale e di sovra popolamento nei territori scelti come rifugio, perpetuando così un circolo vizioso di causa – effetto che mette a rischio la stessa sopravvivenza dell'uomo".

Le popolazioni che vivono nelle zone più aride si trovano, infatti, implicate in un tipo di ingranaggio all'interno del quale le condizioni di vita si degradano nello stesso momento in cui i suoli subiscono le devastazioni dovute all'aumento del

grado di aridità e allo sfruttamento sempre più intensivo delle terre.

“Dobbiamo considerare – ha concluso Venneri – che l'Italia negli ultimi 20 anni ha visto triplicare l'inaridimento del suolo e si stima che il 27% del territorio nazionale è a rischio desertificazione.

Sono interessate soprattutto le regioni meridionali dove l'avanzata del fenomeno rappresenta una vera e propria emergenza ambientale”.

Fonte: <http://tuttisostenibili.blogspot.com/2009/06/legambiente-italia-meridionale-rischio.html> 18.06.09

Profughi invisibili in fuga da inondazioni e siccità

Sempre più persone in fuga per i cambiamenti climatici. Il 20 giugno si celebra la Giornata mondiale del rifugiato, i cui diritti sono sanciti dalle Convenzioni di Ginevra. Il trattato internazionale non riconosce tuttavia milioni di persone in fuga da una minaccia che sta facendo più esuli di guerre e carestie: il clima.

I primi potrebbero essere gli abitanti dell'arcipelago di Tuvalu. Confrontati all'inesorabile innalzamento del livello del mare, i cittadini del minuscolo Stato polinesiano stanno progressivamente abbandonando le loro isole.

Parlare di "rifugiati ambientali" è però, per il momento, errato: coloro che fuggono dagli sconvolgimenti climatici non hanno diritto ad essere considerati "profughi".

«Per queste persone non esiste alcun riconoscimento internazionale: la loro situazione non è contemplata dalle attuali convenzioni sui rifugiati», indica a swissinfo Rudolf Illes, responsabile del servizio giuridico per il settore della migrazione presso Caritas Svizzera. «A differenza delle persecuzioni politiche - spiega - nel caso di persone sfollate a causa dei danni climatici è difficile individuare delle responsabilità a livello giuridico. Non possono quindi beneficiare dello statuto di rifugiato».

Esilio prolungato

Secondo le organizzazioni umanitarie e a difesa dell'ambiente, il numero di persone forzate all'emigrazione per ragioni ambientali supera quello dei rifugiati politici ed economici. Nello studio "In search of shelter" ("Alla ricerca di un rifugio") realizzato in 23 paesi dall'ong Care International e da alcune università, si legge che nel 2010 i migranti climatici saranno tra i 25 e i 50 milioni (700 milioni nel 2050).

Le regioni più colpite si trovano in Asia (delta del Gange e del Mekong), in America centrale e nell'Africa occidentale (Sahel), dove la siccità ha già degradato il 65% delle terre coltivabili.

La maggior parte delle persone cercherà rifugio all'interno del proprio paese, rileva il rapporto, ma altre saranno obbligate ad attraversare le frontiere.

«Diversamente da una guerra civile, i danni causati dal cambiamento climatico sono destinati a protrarsi per un periodo lunghissimo, ciò che preclude un rimpatrio in tempi brevi», osserva Rudolf Illes. L'estensione delle Convenzioni di Ginevra anche ai "rifugiati climatici" rappresenta tuttavia un'opzione inadeguata, ritiene Caritas Svizzera, così come l'Alto Commissariato ONU per i Rifugiati.

Innanzitutto, i cambiamenti climatici sono raramente l'unica causa della fuga o dell'emigrazione. Spesso le ripercussioni di inondazioni o siccità dipendono da caratteristiche geografiche, demografiche, sociali ed economiche.

In secondo luogo, annota Caritas, la protezione dei rifugiati ai sensi delle Convenzioni di Ginevra è già messa sotto pressione dalle ripetute violazioni dei diritti fondamentali. In queste condizioni, l'estensione del trattato non appare ragionevole.

«Idealmente bisognerebbe agire in termini preventivi», ritiene Illes. «È necessario un approccio globale che tenga conto degli effetti dello sviluppo sul riscaldamento climatico». I paesi industrializzati, Svizzera compresa, sono ad esempio chiamati ad un maggiore impegno nell'applicazione del Protocollo di Kyoto.

«È poi fondamentale sviluppare delle strategie in favore dei migranti climatici, offrendo loro nuove alternative economiche», aggiunge il collaboratore di Caritas, rammentando la sorte dei contadini subsahariani, costretti ad abbandonare i propri campi di fronte all'avanzata del deserto.

Priorità ai più vulnerabili

I governi sono inoltre chiamati ad accordare una protezione temporanea oppure ad accogliere contingenti di rifugiati. Dal 2001 la Nuova Zelanda accoglie ad esempio, ogni anno, 75 abitanti delle isole Tuvalu. La Svizzera, si legge in un

comunicato del Consiglio federale, accorda l'ammissione provvisoria alle «persone il cui rimpatrio non è ragionevolmente esigibile a causa di eventi legati all'ambiente».

In vista della Conferenza delle Nazioni Unite sul clima di Copenhagen (dicembre 2009), le ong auspicano l'integrazione della dimensione delle migrazioni climatiche nel nuovo accordo contro il riscaldamento climatico. Il testo dovrà dare una «priorità assoluta», nello schema di finanziamento, alle popolazioni più vulnerabili. Inoltre, dovrà

chiarire lo statuto di queste masse scacciate dagli elementi.

Nell'attesa di essere riconosciuti dei "rifugiati" a pieno titolo, gli isolani del Pacifico proseguono nel loro esodo. Con la consapevolezza che non faranno mai più ritorno a casa.

Luigi Jorio, swissinfo.ch

Fonte:

http://www.swissinfo.ch/ita/prima_pagina/Profughi_invisibili_in_fuga_da_inondazioni_e_siccita.html?siteSect=105&sid=10840797&rss=true&ty=st 20.06.09

"Copenhagen: Seattle è cresciuta"

di Naomi Klein

L'altro giorno ho ricevuto in anteprima una copia de *The Battle of the Story of the Battle of Seattle* di David e Rebecca Solnit. Esce a dieci anni di distanza dal blocco del WTO a Seattle ad opera di una storica coalizione di attivisti, scintilla dalla quale divampò la protesta di un movimento mondiale contro le multinazionali.

Il libro è l'affascinante resoconto di quanto accadde realmente a Seattle, ciononostante quando ho parlato con David Solnit, il guru dell'azione diretta che architettò il blocco, l'ho trovato meno interessato a lasciarsi andare alle reminiscenze del 1999 che non a discutere dell'imminente summit delle Nazioni Unite a Copenhagen e delle azioni dirette pro giustizia climatica che sta contribuendo ad organizzare negli Stati Uniti per il 30 di Novembre. "Questo è esattamente un momento in linea con Seattle," mi ha detto Solnit. "La gente è pronta a mettersi in gioco."

Ci sono sicuramente punti di contatto tra Seattle e la mobilitazione di Copenhagen: l'enorme bacino di gruppi che saranno presenti; le diverse pratiche che verranno messe in campo; l'intenzione dei governi dei paesi in via di sviluppo a portare le istanze degli attivisti all'interno del summit. Ma Copenhagen non è semplicemente il revival di Seattle. Al contrario, si ha la sensazione che si sia progressivamente costituito un movimento che trae la propria forza da una nuova era ma che ha anche imparato dai propri errori.

Una delle grandi criticità del movimento che i media insistono a chiamare "antiglobalizzazione" è sempre consistita nel fatto che, a fronte di una lunga lista di reclami, le alternative concrete proposte siano sempre state poche. Al contrario, il movimento che sta convergendo a Copenhagen si concentrerà su una sola tematica – il cambiamento climatico – attorno al quale tessere

un'interpretazione coerente delle sue cause e delle sue possibili soluzioni che incorpora virtualmente ogni tematica sul pianeta. In questa interpretazione, il nostro clima sta cambiando non solo in ragione di particolari pratiche inquinanti ma a causa della logica che sostiene il capitalismo stesso e che pone sopra ogni altra cosa il profitto a breve termine e la crescita costante. I nostri governi vorrebbero farci credere che la stessa logica potrebbe ora essere cavalcata per risolvere la crisi climatica – con la creazione di un prodotto commerciabile chiamato "carbone" e attraverso la trasformazione di foreste e zone rurali in "lavatoi" che teoricamente dovrebbero controbilanciare le nostre emissioni.

A Copenhagen gli attivisti per la giustizia climatica sosterranno che, molto lontano dal risolvere la crisi climatica, la commercializzazione del carbone rappresenta una privatizzazione senza precedenti dell'atmosfera e che le zone di controbilanciamento in quanto risorse diventeranno zone di conquista di proporzioni coloniali. Non solo queste soluzioni basate su logiche di mercato falliranno nel tentativo di risolvere la crisi del clima, ma questo fallimento acuirà drammaticamente la povertà e le disparità, poiché gli indigenti ed i più vulnerabili saranno le prime vittime del cambiamento climatico – le prime cavie sottoposte al programma di commercializzazione delle emissioni.

Ma gli attivisti a Copenhagen non si limiteranno a sostenere questo. Avenzeranno aggressivamente soluzioni che riducono simultaneamente le emissioni e ridimensionano le disuguaglianze. Diversamente dai precedenti summit, nei quali le soluzioni sembravano secondarie, a Copenhagen le alternative acquisteranno un ruolo centrale. Per esempio, la Climate Justice Action – un'area del movimento che pratica l'azione diretta – ha chiesto agli attivisti di prendere d'assalto il centro

conferenze il 16 di Dicembre. Molti lo faranno partecipando al Bike Block, pedalando insieme come “una nuova ed irresistibile macchina di resistenza” composta da centinaia di vecchie biciclette. Lo scopo dell'azione non è quello di bloccare il summit in puro stile Seattle, ma di allargarlo, trasformandolo in “uno spazio per parlare del nostro programma, un programma dal basso, un programma per la giustizia climatica, di reali soluzioni contrapposte a quelle false... Questo sarà il nostro giorno.”

Alcune delle proposte che verranno avanzate dal campo degli attivisti sono le stesse che il movimento per la giustizia globale sostiene da anni: agricoltura locale e sostenibile; sviluppo di piani per l'energia più piccoli e decentralizzati; rispetto dei diritti delle popolazioni indigene sulle proprie terre; blocco delle estrazioni dei combustibili fossili dal sottosuolo; allentamento del protezionismo sulle tecnologie ecologiche; ed il conto per queste trasformazioni dovrà essere pagato con il ricavato della tassazione delle transizioni finanziarie e con la cancellazione del debito. Alcune di queste proposte sono nuove, come l'incalzante richiesta che i paesi più sviluppati paghino un indennizzo per il cambiamento climatico ai paesi in via di sviluppo. Queste potrebbero sembrare richieste pretenziose, ma abbiamo da poco visto il tipo di risorse che i nostri governi possono mobilitare quando si tratta di salvare le elites. Come recitava uno slogan prima di Copenhagen: “Se il clima fosse una banca, sarebbe stato slvato” - non abbandonato alla brutalità del mercato.

Ad aggiungersi ad una coerente interpretazione dei rapporti di causa/effetto ed al tentativo di concentrarsi sulle soluzioni alternative, troviamo altri nuovi spunti: un approccio più ragionato

all'azione diretta, in grado di riconoscere l'urgenza di andare oltre le chiacchiere ma allo stesso tempo determinato a non scivolare nel logoro copione sbirri VS manifestanti. “La nostra azione sarà di disobbedienza civile” dichiarano gli organizzatori delle azioni del 16 Dicembre. “Oltrepasseremo ogni barriera fisica che troveremo sul nostro percorso – ma non risponderemo con violenza se la polizia tenterà un'esclation” (Detto questo, non c'è verso che un summit di due settimane non includa qualche scontro tra sbirri e ragazzi in nero; dopo tutto, siamo in Europa.)

Dieci anni fa, dopo seattle scrissi un articolo per il New York Times in contrasto con le linee editoriali del giornale, in cui sostenevo che un nuovo movimento che rivendicava una forma di globalizzazione radicalmente diversa “aveva appena celebrato il suo coming-out”. Qual'e sarà invece il senso di Copenhagen? Ho girato questa domanda a John Jordan, la cui predizione di quanto sarebbe finalmente successo a Seattle ho riportato nel libro No Logo. Ha risposto: “Seattle è stato il party di dichiarazione del movimento dei movimenti, forse allora Copenhagen sarà la celebrazione dell'avvento della nostra era.”

Ad ogni modo, mette in guardia dal fatto che crescere non significa rinunciare ai rischi, rinnegando la disobbedienza civile in favore di quieti meeting. “Spero di essere cresciuto per poter diventare ancor più disobbediente” ha dichiarato Jordan, “perchè la vita in questo nostro mondo potrebbe proprio interrompersi a causa di troppi atti di obbedienza.” (traduzione gastrika)

Fonte: <http://www.globalproject.info/it/community/Copenhagen-Seattle-e-cresciuta/2863> 12.11.09

La Convenzione relativa allo status dei rifugiati: uno strumento ancora valido?

(19/06/09) Il prossimo 20 giugno si celebra la Giornata mondiale del rifugiato. Finalità di questa celebrazione è di promuovere una cultura ed un esercizio effettivo e corretto del diritto di asilo, che si annovera tra i diritti umani fondamentali riconosciuti dai principali strumenti convenzionali internazionali.

La tutela giuridica dei rifugiati – Un primo dettato normativo in materia di diritto di asilo lo si rinviene all'Articolo 10, comma 3 della Costituzione della Repubblica italiana, il quale sancisce che “[l]o straniero, al quale sia impedito nel suo paese l'effettivo esercizio delle libertà democratiche garantite dalla Costituzione italiana, ha diritto di asilo nel territorio della Repubblica, secondo le condizioni stabilite dalla legge”.

Nella comunità internazionale un complesso articolato di norme garantisce un'effettiva tutela dei

richiedenti diritto d'asilo. La Dichiarazione universale dei diritti dell'uomo riconosce il principio secondo cui “[o]gni individuo ha diritto di cercare e di godere in altri Paesi asilo dalle persecuzioni” (Articolo 1, comma 1). Architrave del regime internazionale di tutela dei rifugiati è, tuttavia, la

Convenzione delle Nazioni Unite per i Rifugiati, firmata a Ginevra il 28 luglio 1951. Questa Convenzione si applica ad ogni individuo che “temendo a ragione di essere perseguitato per motivi di razza, religione, nazionalità, appartenenza

ad un determinato gruppo sociale o per le sue opinioni politiche, si trova fuori del Paese di cui è cittadino e non può o non vuole, a causa di questo timore, avvalersi della protezione di questo Paese; oppure che, non avendo una cittadinanza e trovandosi fuori del Paese in cui aveva residenza abituale a seguito di siffatti avvenimenti, non può o non vuole tornarvi” (Articolo 1, lettera A, paragrafo 2). La Convenzione definisce anche gli obblighi del rifugiato nei confronti dei governi ospitanti e limita ragionevolmente l'applicabilità del diritto d'asilo, che non potrà essere invocato qualora il richiedente sia ricercato per azioni contrarie ai fini e ai principi delle Nazioni Unite, quali crimini contro la pace, crimini di guerra o crimini contro l'umanità.

Questo primo strumento era inizialmente limitato a proteggere i rifugiati principalmente europei provocati dalla seconda guerra mondiale, ma un Protocollo del 1967 ne ha esteso il raggio d'azione sulla spinta delle dimensioni globali assunte dal problema dell'esodo forzato. Il documento originario ha anche ispirato la stesura di strumenti regionali, quali la Convenzione africana sui rifugiati del 1969 e la Dichiarazione latino-americana di Cartagena del 1984. A garanzia della Convenzione – ratificata da 146 Stati – e di un'adeguata tutela del regime di tutela previsto è preposta sin dagli inizi del 1951 una specifica agenzia specializzata delle Nazioni Unite, l'Alto Commissariato per i Rifugiati.

Una nuova categoria di rifugiati: i “rifugiati ambientali” - Con il mutare delle tendenze globali dei flussi migratori e con l'aumento drammatico dei flussi di popolazione verificatisi negli ultimi anni sono emersi alcuni dubbi sull'attualità ed efficacia della Convenzione per i Rifugiati.

Il principale elemento di criticità è rappresentato dai cosiddetti “rifugiati ambientali”, ovvero da coloro che sono costretti ad abbandonare – in taluni casi permanentemente – le loro terre a causa degli effetti avversi dei cambiamenti climatici, come desertificazione, intensificazione di uragani e cicloni tropicali oppure inondazioni dovute all'innalzamento del livello dei mari. Tutto questo ha avuto come risultato oltre 25 milioni di rifugiati. Secondo le previsioni del Panel Intergovernativo delle Nazioni Unite sui Cambiamenti Climatici (IPCC) entro il 2050 si calcola che ci potrebbero essere 150 milioni di persone in fuga da terre rese inabitabili

dal cambiamento climatico. In alcune aree del pianeta l'effetto risulta particolarmente devastante. Negli ultimi trent'anni l'estensione dei ghiacci ha subito una riduzione dell'8%. In Alaska e nel Canada occidentale la temperatura è aumentata di 3-4 gradi in 50 anni, un ritmo molto più alto della media globale. Entro la fine del secolo è prevista la sparizione dei ghiacci artici estivi e dei loro abitanti: dagli orsi polari alle foche.

Ancora più brutale sarà l'impatto sulle zone più densamente abitate del pianeta. Solo in Bangladesh (che rischia di vedere un quinto della sua superficie inghiottita dall'innalzamento del mare) nei prossimi anni si conteranno 20 milioni di “rifugiati ambientali”. Cicloni come quello che nel 1997 ha spazzato via in poche ore le case di un milione e mezzo di persone diventeranno sempre più frequenti. E l'alluvione dell'estate scorsa conferma il trend: due terzi del Bangladesh, assieme alle regioni indiane dell'Assam e del Bihar, sono finiti sott'acqua, la vita di più di 50 milioni di persone è stata messa in pericolo. La situazione è simile in molti paesi asiatici, a cominciare dalle Filippine, dove la stagione dei tifoni si allunga, come dimostrano le oltre mille vittime dei due tifoni che nei giorni scorsi hanno devastato il Nord del paese. Anche nelle aree asiatiche più interne la situazione è drammatica perché lo scioglimento dei ghiacciai crea una minaccia sempre più pressante per i villaggi costruiti sotto dighe naturali che si stanno rivelando insufficienti.

In Africa i livelli di pioggia diminuiscono da 30 anni e contemporaneamente aumentano alluvioni devastanti come quelle che da anni mettono in ginocchio il Mozambico. In particolare nell'Africa sub-sahariana, dove il 90% dei raccolti dipende dalle piogge che sono diminuite del 25% in 30 anni, il settore agricolo sarà condannato dal cambiamento climatico a un'ulteriore contrazione del 20%. Dato che l'agricoltura assicura il 70 % dell'occupazione e un terzo del PIL della regione, la pressione migratoria dalla sponda Sud del Mediterraneo appare destinata a subire una forte crescita.

Francesco Argese

Fonte:

http://www.paceediritti.it/wcm/pace_diritti/sezioni_primopiano/primo_piano/2009_giugno_rifugiati.htm 19.06.09

Per i rifugiati il clima è già cambiato

Il “climate change” influenza le nuove migrazioni

Chi riconoscerà i diritti delle prime vittime dei cambiamenti climatici, decine di milioni di persone che restano senza terra a causa di uragani, desertificazione o magari di un'alluvione, che vagano in cerca di asilo e diritti e non hanno titolo per vederseli riconosciuti? In vista del summit di dicembre, a Copenhagen, in cui si discuteranno tutti gli aspetti legati al climate change per costruire il dopo Kyoto, la questione è tornata di attualità sia perché le catastrofi ambientali continuano a moltiplicarsi, sia perché esiste un vuoto legislativo: il "rifugiato climatico" non esiste in quanto destinatario di asilo o di protezione umanitaria ad hoc.

La denuncia è di alcune organizzazioni non governative che ritengono la questione urgente. Le agenzie internazionali dei diritti dell'uomo ribattono però che concentrarsi su una specificità come quella ambientale rischia di "indebolire" l'insieme dell'organizzazione degli aiuti e la definizione stessa di "rifugiato", il quale spesso è costretto a chiedere asilo anche, ma non solo, per questioni ambientali. Certo, non sempre si può tenere un consiglio dei ministri sott'acqua – come si è appena fatto alle Maldive, minacciate dall'innalzamento degli oceani – per dimostrare cosa significhi rischiare di perdere tutto. Eppure sono sempre di più le persone che rischiano di trasformarsi in "profughi ambientali", o "rifugiati climatici", una definizione che l'associazione francese Argos, piccolo gruppo di fotogiornalisti sulla trentina, rivendica di aver usato per prima. «Sette anni fa, provenendo da esperienze legate all'ambiente, abbiamo deciso di occuparci di questo tema, e siamo andati in diversi paesi – racconta a Europa Laurent Weyl – e abbiamo raccolto moltissimo materiale, illustrato nei nostri reportage ». A Copenhagen saranno presenti con una mostra ma anche – e non saranno i soli – con un appello (sul sito www.argos.fr) perché lì venga discussa la questione dello status giuridico dei rifugiati per il climate change.

Chi è vittima di queste cause non può infatti chiedere il diritto di asilo, come accade, ad esempio, a chi proviene da una guerra. Del tema si parla da anni, ma ora i numeri danno ancora più ragione a chi si inquietava. La popolazione indifesa, che paga in prima persona gli effetti di un evento straordinario, spesso fugge da paesi poverissimi, colpiti soprattutto dai danni che i paesi più ricchi provocano per le cause più diverse,

magari diboscando foreste, riducendo l'acqua o aumentando le emissioni di gas serra. Così sempre di più, raccontano le stime dell'Alto commissariato Onu per i rifugiati (Unhcr), le persone saranno costrette a emigrare in conseguenza di catastrofi naturali. «Il processo del cambiamento climatico – scriveva un anno fa Craig L. Johnstone in uno studio Onu intitolato Climate change, disastri naturali e spostamenti delle persone – e i numerosi disastri genereranno sicuramente un aumento dell'entità e della complessità degli spostamenti delle persone e delle migrazioni». Anche i dati pubblicati a maggio dall'International Displacement monitoring Center dicono che nel 2008 i profughi hanno raggiunto la cifra record (dagli anni '90) di ventisei milioni e che, di questi, diversi sono ormai costretti a essere profughi proprio a seguito di degradazioni ambientali e disastri naturali legati specificamente al climate change. L'Unhcr ha anche stimato che nel 2050 questa cifra potrebbe arrivare a 200 milioni di persone, al ritmo, come sottolineava già un rapporto di Legambiente, di 6 milioni l'anno.

Anche l'Organizzazione internazionale delle migrazioni (Oim) – annuncia a Europa Jemini Pandya dell'ufficio stampa – pubblicherà a breve uno studio sulle correlazioni tra emigrazione e cambiamento climatico. L'Oim sarà presente a Copenhagen con l'Achnur, con cui organizzerà un evento per approfondire alcuni aspetti di questo fenomeno.

Come racconta Pandya, con i cambiamenti climatici la natura stessa dei problemi umanitari è cambiata, sia perché i fenomeni legati a questo sono aumentati negli ultimi anni, sia perché con essi si sono modificate le necessità delle popolazioni migranti. Per questo si cerca di «integrare» e «contribuire alla riorganizzazione della vita, anche sociale, delle persone», costrette a lasciare tutto e stabilirsi altrove.

E si lavora tenendo in considerazione i «nuovi tipi di radicamento» da fronteggiare.

Passi avanti che forse preludono a un incontro con chi lavora per proporre agli stati Onu una nuova linea di accoglienza.

Valentina Longo

Fonte:
http://www.europaquotidiano.it/dettaglio/113957/per_i_rifugiati_il_clima_e_gia_cambiato 21.10.09

PORTUGUÊS

Migrantes ou refugiados ambientais? A polêmica por trás do conceito

Esquecidos pela mídia, sem voz, deslocados internos, migrantes ambientais, onda humana, não importa como são chamadas as pessoas obrigadas a se deslocar internamente ou cruzando fronteiras devido aos efeitos das mudanças climáticas. Eles se somarão aos 163 milhões de pessoas (Christian Aid, 2007) que deixaram sua história para trás escapando de guerras, conflitos étnicos, furacões, enchentes ou abandonando terras e casas destruídas por projetos de grande escala, como plantações ou reservatórios hidrelétricos, por exemplo. Em um planeta onde quase metade da população mundial sobrevive com US\$ 2/dia, recursos naturais são consumidos numa velocidade 30% maior do que sua capacidade de regeneração e a expectativa populacional mundial é de 9 bilhões até 2050, é possível dizer que há uma crise latente sem precedentes na história da humanidade obrigando-nos a lembrar que embora geograficamente existam limites, na prática os efeitos das mudanças do clima não têm fronteiras.

Organizações internacionais tentam trazer a questão dos “refugiados ambientais” para a agenda das discussões sobre o clima, cujo foco durante muito tempo se concentrou nos esforços de mitigação, ou seja, ações que levariam a uma redução das emissões de gases de efeito estufa – GEE, na atmosfera. A falta de vontade política em diminuir as emissões a níveis seguros, tanto dos países desenvolvidos quanto daqueles em desenvolvimento tem colocado as discussões sobre adaptação no centro das negociações, demonstrando certo ceticismo no resultado das ações mitigadoras empreendidas até agora. Se a migração será uma opção de adaptação dentre várias outras ou uma questão de sobrevivência devido à falência coletiva em oferecer alternativas adequadas de adaptação, só o tempo dirá.

A estimativa sobre o número de deslocados devido às mudanças climáticas varia, assim como a definição para este grupo de pessoas. A polêmica começa com a designação dos deslocados: migrantes ou refugiados ambientais? A Convenção de Genebra de 1951, assinada sob a égide do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados – ACNUR -, reconhece como “refugiado” aquele que em razão de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer regressar ao mesmo. Já os deslocados pelas mudanças climáticas não têm status ou proteção contemplados em nenhuma lei internacional, por

isso o termo “migrantes ambientais” foi criado como alternativa.

A publicação do relatório “Em busca de abrigo: mapeando os efeitos das mudanças climáticas nas migrações e deslocamentos humanos” durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Clima, em Bonn, em junho deste ano, pretendia incluir na pauta das discussões climáticas o deslocamento forçado de pessoas das áreas mais vulneráveis do planeta. O esforço para incluir essa preocupação na agenda encontra dificuldades em comprovar, efetivamente, como o estresse climático pode ser considerado o vetor preponderante desses deslocamentos, já que as questões ambientais se sobrepõem a outras como as econômicas, sociais e políticas.

Estudiosos referem-se a três categorias de “migrantes ambientais”: aqueles que fogem da desertificação, aqueles deslocados pelo aumento do nível do mar e as vítimas de “conflitos ambientais”. Porém é difícil fazer o nexo causal entre degradação ambiental e migração.

Atribui-se às mudanças climáticas, por exemplo, alguns processos de desertificação que são gatilhos nos movimentos migratórios em áreas onde há séculos ocorrem secas. Esse argumento muitas vezes não se sustenta, já que historicamente muitos povos utilizam esta alternativa como forma de se proteger dos períodos de secas mais severas retornando ao local, mais tarde. A mudança climática pode não ser a responsável pela desertificação de certas áreas onde há o ciclo do “pequeno agricultor que é forçado a abandonar sua terra por causa da seca, do empobrecimento do solo e conseqüentemente, da fome” isso seria ignorar que muitos processos de desertificação têm suas raízes no período colonial onde a má gestão dos recursos naturais é historicamente comprovada.

Estas reflexões não pretendem, absolutamente, subestimar as consequências nefastas da mudança climática para os mais pobres que, ironicamente, pouco contribuíram para o aumento das concentrações de carbono na atmosfera. As previsões do último relatório Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC apontam que até 2080 provavelmente 1.1 a 3.2 bilhões de pessoas padecerão de escassez hídrica; 200 a 600 milhões de fome e 2 a 7 milhões se somarão aos que enfrentam inundações nas áreas costeiras. E é urgente que políticas sejam criadas com o objetivo de diminuir o sofrimento dessas pessoas e evitar que essa onda humana provoque instabilidade econômica e política nos países de destino. Mas a

questão é: se é tão difícil designar a mudança climática como vetor preponderante nos deslocamentos humanos por que tanto esforço tentando separar as migrações por causas ambientais daquelas sociais ou políticas?

Alguns argumentam que este discurso atenderia aos legisladores dos países do norte que pretendiam restringir o asilo, portanto, o termo teria sido criado para despolitizar as causas desses deslocamentos permitindo aos Estados declinarem da sua obrigação de providenciar asilo. Porém esta leitura não coincide com o teor de tudo o que já foi escrito sobre o termo, já que na maior parte da literatura há uma tendência em querer estender a lei e a assistência humanitária àqueles deslocados devido à degradação ambiental. Outra resposta para a pergunta seria o esforço daqueles que estudam a temática ambiental que ao popularizar a expressão “refugiados ambientais” estariam reforçando a necessidade de atuar não só nas questões referentes ao asilo, mas também nas causas que influenciam o processo migratório, ou seja, a degradação ambiental.

Quanto mais nos conscientizamos sobre a magnitude dos impactos ambientais negativos gerados pela emissão cada vez maior de carbono na atmosfera, mais urgentes se tornam as medidas para mitigar suas emissões. Paralelamente é preciso estratégias e fundos para adaptação. No artigo 4.4 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima os países do Anexo 1 (aqueles que têm metas obrigatórias de redução de emissões de gases de efeito estufa) e outros países desenvolvidos do Anexo II (sem metas de redução) são legalmente e moralmente obrigados a contribuir com os países em desenvolvimento no esforço de adaptação aos efeitos adversos das mudanças climáticas. Segundo o relatório da OXFAM “Suffering the Science” (numa tradução livre, “sentindo na pele as previsões da ciência”) US\$ 150 bilhões/ano é a

quantia inicial necessária aos países em desenvolvimento para diminuir suas emissões e para minimizar os efeitos das mudanças climáticas. Para se ter uma ideia, US\$ 150 bi é praticamente a mesma quantia que foi gasta com a AIG na convulsão financeira no final de 2008. Porém o Fundo que deveria ajudar os mais pobres está repleto de retórica e vazio de contribuições.

Edgar Morin que esteve recentemente no Rio de Janeiro fazendo uma palestra alertou que enfrentamos um conjunto de crises e que é preciso desenvolver a consciência crítica em relação ao desenvolvimento. Ao falar sobre a crise ambiental, Morin ressaltou a necessidade da existência de poderes supranacionais e disse ainda que a ONU deveria criar uma declaração de interdependência planetária fazendo alusão a ausência de barreiras geográficas para os impactos da degradação ambiental e de outras crises que assolam o planeta. Às perguntas recorrentes sobre como manter esperanças num cenário tão sombrio, Morin respondeu com sabedoria; “toda história começa com um desvio. As mentes têm possibilidades que dormem e precisamos despertá-las! As crises são momentos de perigo e oportunidade. O que acontece quando um sistema não tem poder para tratar seus problemas fundamentais? Desintegrará ou encontrará a possibilidade de criar um sistema mais rico, capaz de tratar os problemas vitais, fazer uma metamorfose, uma transformação?” O resultado das discussões em torno do futuro do Protocolo de Quioto, que acontecerão em Copenhague no final do ano, poderá dar pistas do que o futuro nos reserva. Escolherão defender os ideais humanos universais ou a participação na violação sistemática e generalizada dos Direitos Humanos?

Fonte:

http://www.manuelzao.ufmg.br/folder_informa/folder_ultima/migrantes-ou-refugiados-ambientais-a-polemica-por-tras-do-conceito 28.07.09

Mulheres são as mais prejudicadas com mudanças climáticas

DA REDAÇÃO - Ao longo dos próximos anos, as mulheres – maioria entre os que sobrevivem com US\$ 1 ou menos por dia – serão as mais afetadas pelas mudanças climáticas que ameaçam, entre outras coisas, ampliar as desigualdades entre os gêneros, alerta o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) em relatório divulgado quarta-feira. O estudo adverte que sem levar em consideração temas importantes vinculados à mulher, como o planejamento familiar, qualquer política específica elaborada na Conferência sobre

as Mudanças Climáticas, que acontecerá em dezembro, em Copenhague, não terá muita utilidade.

As principais razões pela vulnerabilidade das mulheres, segundo a ONU, é que em muitos países, principalmente os mais pobres, elas constituem a maioria da força de trabalho agrícola e por isso sofrem mais com a perda de colheita e a destruição de habitações, além de terem menos acesso a oportunidades de geração de renda. As

mulheres também administram domicílios e cuidam dos membros de suas famílias, o que muitas vezes limita sua mobilidade em caso de desastres naturais relacionados ao clima.

“Dado o engajamento significativo das mulheres na produção e preparação de alimentos e o potencial de o uso da terra contribuir com soluções para o aquecimento global em países em desenvolvimento, a estreita correlação entre gênero, agricultura e mudança climática merece muito mais análise do que atualmente recebe”, afirma o relatório, intitulado *Enfrentando um Mundo em Transição: Mulheres, População e Clima*.

Desigualdade

Devido à maior pobreza, ao menor poder sobre suas próprias vidas, ao menor reconhecimento de sua produtividade econômica e ao ônus desproporcional na reprodução e na criação dos filhos, as mulheres enfrentam desafios adicionais à medida que a temperatura sobe. Segundo a ONU, essa desigualdade entre os gêneros compromete o capital social necessário para lidar efetivamente com as mudanças climáticas.

O documento destaca que, enquanto a maior parte do debate sobre o clima atualmente gira em torno das responsabilidades relacionadas aos países ricos para limitar o aumento das emissões de gases de efeito estufa, é preciso avaliar como a dinâmica populacional pode prejudicar ou favorecer as ações mundiais na abordagem do tema. O relatório pressiona, em particular, para que qualquer tratado adotado na conferência da ONU

leve especialmente em consideração as mulheres e seu papel no planejamento familiar.

“Um crescimento da população mais lento contribuiria para reduzir as futuras emissões de gases do efeito estufa”, ressalta a diretora do UNFPA, Thoraya Ahmed Obaid, no prefácio do informe, lembrando que nos últimos 100 anos a temperatura da superfície terrestre aumentou 0,74 grau centígrado.

Thoraya defende que o planejamento familiar facilitaria a resposta social a catástrofes causadas pelo aquecimento, que já aumentou o nível do mar e intensificou as tempestades e secas.

O alerta também chama a atenção para os movimentos migratórios que as alterações climáticas podem provocar, à medida que populações vulneráveis deixam zonas inundadas, áridas ou inóspitas. Segundo Thoraya, cerca de 200 milhões de pessoas poderão passar à condição de refugiados climáticos até 2050.

O documento conclui que os acordos internacionais terão mais êxito no longo prazo se levarem em conta as dinâmicas populacionais, as relações entre os gêneros e o bem-estar das mulheres e seu acesso a serviços e oportunidades.

“Essas lacunas existentes na pesquisa sobre muitos dos efeitos da mudança do clima e respectivas soluções precisam ser preenchidas, antes que seja tarde demais”.

Fonte: <http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/11/18/e181124959.asp> - 18.11.09

300 mil mortes/ano atribuíveis às alterações climáticas

ONG Fundação para a Justiça Ambiental alerta que 325 milhões de pessoas são afectadas todos os anos pelas mudanças climáticas, que representam prejuízos superiores a 84 mil milhões de euros . E avisa que perto de 10% da população do planeta estão em situação de "risco extremo". Até 2050, o clima pode provocar 150 milhões de deslocados.

Trezentas mil mortes anuais. Cerca de 325 milhões de pessoas afectadas. Prejuízos da ordem dos 84, 3 mil milhões de euros. É esta a factura que - segundo a ONG britânica Fundação para Justiça Ambiental (EJF) - já é atribuível às alterações climáticas. Números que comprovam estar em causa não apenas um motivo de preocupação para o futuro, mas um problema com efeitos bem presentes.

No relatório "Não há lugar como a nossa casa: que destino para os refugiados do clima", divulgado hoje, a EJF vai ainda mais longe estimando quatro mil milhões de pessoas estão "vulneráveis" ao

aquecimento global e que 500 a 600 milhões - 10% da população do planeta - se encontram já numa situação de "risco extremo".

Para esta ONG, o reflexo mais dramático das mudanças em curso serão os "refugiados do clima", que calcula poderem ascender aos 150 milhões em 2050.

Contas que a EJF faz recorrendo a relatórios e estimativas actuais, nomeadamente do painel intergovernamental das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (IPCC), cujas conclusões de 2007 apontavam para a ocorrência de 400

desastres relacionados com o clima todos os anos, que obrigam à "assistência imediata" de 90 milhões de pessoas.

De resto, esta organização deixa bem claro o seu desprezo pelas teorias desvalorizando o real impacto do aquecimento global, bem como o papel da acção humana nesse processo.

"Há esmagadoras e inequívocas provas de que as alterações climáticas estão a acontecer", afirma a EJF, enumerando "impactos no nível do mar, cheias, secas, tempestades e outros eventos climáticos extremos".

Tudo isto, com a agravante de serem "as comunidades mais pobres, mais marginalizadas e mais remotas do mundo" a sofrer as principais consequências. Apoiá-las, acrescenta a ONG, é obrigatório, porque há consequências já

inevitáveis, "mesmo com imediatas e robustas medidas aprovadas e implementadas".

Só em África, refere, "cerca de 10 milhões de pessoas migraram ou foram deslocadas nas duas últimas décadas devido à degradação ambiental e à desertificação.

Os impactos globais para os países em vias de desenvolvimento, alerta a EJF, deverão abranger "centenas de milhões de pessoas", deslocadas só pelo efeito da subida da água do mar. Em muitos países, por outro lado, deverá ser "a falta de água" a gerar fome e epidemias, além dos conflitos inerentes que poderão estalar em pelo menos "46 países".

Fonte:
http://dn.sapo.pt/inicio/ciencia/interior.aspx?content_id=1408528&secao=Biosfera 03.11.09

Acordo em Copenhaga é indispensável para evitar migrações forçadas

Um acordo na cimeira de Copenhaga é essencial para evitar uma aceleração da migração forçada, fenómeno que já está a afectar os continentes asiático e africano na sequência das alterações climáticas, alertou hoje o secretário-geral da ONU.

"Estamos num período crítico", afirmou Ban Ki-Moon, na sessão de abertura do 3.º Fórum Mundial sobre Migração e Desenvolvimento (GFMD), a decorrer em Atenas com o patrocínio das Nações Unidas.

"As populações terão de deslocar-se devido às condições climáticas, nomeadamente por causa de secas prolongadas, tempestades e incêndios", referiu o responsável.

Esta ameaça "é já visível em países como o Bangladesh, onde as inundações obrigam o deslocamento de milhões de pessoas, e em países africanos, onde a seca provoca a desertificação das zonas rurais", acrescentou.

"Precisamos de uma acção por parte dos governos em Copenhaga e vamos continuar a promover objectivos mais ambiciosos e um acordo o mais ambicioso possível", concluiu Ban Ki-Moon.

Durante os próximos dois dias, o GFMD estará reunido em Atenas com representantes de 40 organizações internacionais e regionais para discutir o impacto económico das migrações e debater propostas para melhorar a integração dos migrantes.

Esta é a terceira edição deste Fórum, criado em 2006 pelo antigo secretário-geral da ONU Kofi Annan.

Na cimeira da ONU sobre o clima em Copenhaga, entre 7 e 18 de Dezembro, a comunidade internacional vai tentar alcançar um acordo para suceder ao Protocolo de Quioto (1997), que expira em 2012.

O encontro na capital dinamarquesa é para muitos a última oportunidade para combater as alterações climáticas e definir os papéis dos vários actores internacionais na luta contra o aquecimento global.

Fonte:
<http://www.jornaldenegocios.pt/index.php?template=SHOWNEWS&id=394519> 04.11.09

Oxfam pede à Europa 35 bi de euro ao ano para combate à mudança climática

Londres, 28 out (EFE).- A ONG Oxfam pediu nesta quarta-feira aos Governos europeus 35 bilhões de euros de dinheiro público ao ano para ajudar os

países em desenvolvimento a enfrentar o impacto da mudança climática.

Segundo comunicado da ONG, esta quantia seria um adicional aos atuais compromissos de ajuda ao desenvolvimento, equivalentes a 0,7% do PIB de cada nação.

A União Europeia (UE) não deve obrigar os países a escolher entre construir escolas ou defesas contra as inundações, argumenta a Oxfam.

A ONG pede ainda aos dirigentes que irão à próxima cúpula de Copenhague, sobre mudança climática, que se comprometam a reduzir as emissões dos gases causadores do efeito estufa em pelo menos 40% comparando com os níveis de 1990.

De acordo com estudos científicos, apenas assim será possível evitar que as temperaturas globais aumentem em 2 graus centígrados e causem catástrofes naturais ainda maiores.

O diretor de campanhas da Oxfam, Phil Bloomer, citado no comunicado, lembra que a UE tem peso econômico suficiente para prestar a ajuda necessária e contribuir ao êxito da reunião de Copenhague.

Segundo cálculos citados pela Oxfam, aproximadamente 26 milhões de pessoas foram deslocadas devido às catástrofes climáticas e, anualmente, mais um milhão sofre o mesmo problema por conta das chuvas torrenciais e outros fenômenos vinculados à mudança climática.

"Os governantes europeus se comportaram até agora como se a Europa estivesse imune, mas a mudança climática não respeita fronteiras", advertiu Bloomer.

Para chamar a atenção dos cidadãos europeus sobre a questão, a Oxfam montou centenas de tendas de campanha em miniatura, que simbolizam o drama dos deslocados, em capitais europeias como Londres, Madri, Bruxelas, Berlim e Dublin.

Mais de 200 tendas, projetadas pelo artista alemão Hermann Josef Hack, apareceram esta manhã na Millennium Bridge, de Londres, em frente à galeria Tate Britain. A via é uma das mais utilizadas pelos pedestres.

Fonte:

<http://www.google.com/hostednews/epa/article/ALeqM5jkJviD4vejXZa9cjXe23FhAS1rww> 28.10.09

Noruega lidera lista de maiores doadores de ajuda humanitária no mundo

Washington, 10 nov (EFE).- A Noruega lidera a lista dos maiores doadores de ajuda humanitária do mundo, segundo um relatório divulgado hoje pela organização Associação para a Pesquisa de Assistência ao Desenvolvimento (Dara, na sigla em inglês).

"A cada ano, mais de 250 milhões de pessoas sofrem em desastres naturais e guerras e, com a crescente mudança climática, estas condições piorarão", afirmou em entrevista coletiva José María Figueres, ex-presidente da Costa Rica e membro da junta da Dara.

O grupo divulgou hoje seu terceiro "Índice de Resposta Humanitária", que classifica a forma como os Governos de 11 países e a Comissão Europeia (órgão executivo da União Europeia) administram, distribuem e controlam a ajuda concedida às populações afetadas desastres naturais ou conflitos.

"Quando a ajuda humanitária concedida pelos Governos supera os US\$ 10 bilhões por ano, precisamos de uma medição da eficácia e de como se administra", acrescentou Figueres.

No índice da Dara, a Noruega substituiu a Suécia como o país doador que melhor cumpre com os

parâmetros estabelecidos pelo organismo para medir o desempenho dos países e entidades doadoras.

Seguem a Noruega em ordem descendente: Suécia, Irlanda, Dinamarca, Comissão Europeia, Holanda, Luxemburgo, Suíça, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, Finlândia, Canadá, Estados Unidos, Espanha, Alemanha, Bélgica, Áustria, Japão, França, Itália, Grécia e Portugal.

Segundo Silvia Hidalgo, diretora da Dara, "a crise econômica está tendo um impacto no financiamento da ajuda humanitária, mas, dado que na maioria dos países doadores essa ajuda foi orçada no longo prazo, o montante dos fundos não mudou muito. Por outro lado, a ajuda privada caiu".

Para a elaboração de seu índice, a Dara enviou observadores para 13 regiões de catástrofes ou confrontos dentre os pelo menos 325 desastres naturais e 39 principais conflitos armados ocorridos no último ano.

Em 2008, pelo menos 260 trabalhadores da ajuda humanitária foram assassinados, sequestrados ou feridos gravemente em ataques violentos.

Segundo a Dara, há no mundo quase 1 bilhão de pessoas que passam fome todos os dias e pelo

menos 41 milhões de refugiados em países que não são de sua origem ou pessoas deslocadas à força dentro de seus próprios países.

Em áreas de conflito como Somália, Afeganistão e Etiópia, o pessoal de agências humanitárias teve que ser retirados devido a circunstâncias políticas ou de segurança.

"Na Colômbia, por exemplo, o acesso (das agências) é o maior problema, porque o Governo nega que exista ali uma crise humanitária", disse Hidalgo.

Philip Tamminga, que foi chefe de planejamento, controle e avaliação para o Comitê Internacional da

Cruz Vermelha/Crescente Vermelho, explicou que outro problema "é a falta de planejamento e preparação das agências de ajuda humanitária para situações que se sabe que exigiriam assistência".

"Todos sabemos quando a temporada de furacões se aproxima, mas, no Haiti, os organismos doadores de ajuda não fizeram alguma coisa para preparar a população ou os serviços antes que os furacões chegassem", explicou. EFE

Fonte: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1373850-5602,00-NORUEGA+LIDERA+LISTA+DE+MAIORES+DOADORES+DE+AJUDA+HUMANITARIA+NO+MUNDO.html> 10.11.09

ENGLISH

Africa Signs Off on Intent to Protect Internally Displaced People

By Peter Heinlein

An Africa Union summit in Kampala has adopted a landmark convention on the rights of people uprooted from their homes by conflict or natural disasters. But the occasion was tarnished by a lukewarm show of support from member states.

The Kampala Convention on the Rights of Internally Displaced People was signed Friday in an elaborate ceremony at an exclusive resort on the outskirts of Kampala.

Zambia's President Rupiah Banda was one of the first to affix his signature. He called the document a great achievement, after years of hard work.

"I believe I speak for everybody in this assembly when I say that the summit has been a distinct success," he said.

The heads of several international humanitarian organizations witnessed the signing. U.N. High Commissioner for Refugees Antonio Guterres hailed the document, noting that Africa, which has roughly half the world's displaced people, is the first region to agree on rules for protecting them.

"As you know, the secretary-general, Ban ki-moon is very keen on the so-called Responsibility to Protect," he said. "This convention is the responsibility to protect in action. And I would strongly appeal to other parts of the world to adopt similar instruments for the protection of internally displaced."

But amid all the congratulations, diplomats and observers noted with concern that in the end, only five heads of state were on hand for the summit,

and only 17 of the 53 AU member states were prepared to sign the final document. They noted that the African Union has in the past approved an important convention, only to see it lie dormant for lack of ratification.

The summit host, Ugandan President Yoweri Museveni, however, brushed aside those concerns. He expressed confidence other countries would quickly sign the Kampala IDP convention.

"I don't think there is a deliberate refusal," said Museveni. "Coordinating 53 countries is not easy, because these countries are busy with their internal problems, some of the ratifications need parliamentary approval."

AU Commissioner for Political Affairs Julia Dolly Joiner has experienced the frustration of seeing high-sounding declarations adopted and then forgotten. A document setting out rules for democratic succession was approved almost three years ago, but has been ratified by only three of the 15 countries needed to take effect. Joiner expressed optimism that this time would be different.

"We are very hopeful with the enthusiasm that has been generated around the convention that has just been adopted," she said. "In fact, the launching of the convention and the opening of the convention for signatures attracted 17 signatures this morning, and this is very encouraging as far as we are concerned so we are definitely very hopeful that this convention will enter into force sooner."

The convention sets out for the first time the obligations of both African states and armed rebel groups to prevent displacement and to provide basic rights for those who are uprooted by wars and natural disasters.

But even its staunchest supporters admit it will have little effect. Uganda's President Museveni admitted that a displaced woman in Sudan, which has the largest displaced population in Africa, would get little comfort from knowing a document had been approved in faraway Kampala.

"So when you say what solace would woman in Darfur get from this," he said. "The solace may not be immediate, but the fact that people have got together and put these ideas in a document. I think it's very useful. It may not be immediately apparent

to people in Darfur, but in the end it is a contribution towards a solution to their problem."

Other than Mr. Museveni and Zambia's President Banda, the only other African Union member state presidents to sign the IDP convention were Zimbabwe's Robert Mugabe, Mohammed Abdelaziz of the territory of Western Sahara, and Somalia's Sheikh Sharif Ahmed.

Somalia, which has been plagued by civil war for nearly two decades, has Africa's third largest IDP population after Sudan and the Democratic Republic of Congo.

Fonte: <http://www.voanews.com/english/2009-10-23-voa28.cfm> - 23.10.09

Climate change could displace 600 million people, report warns

Climate change could force up 150 million climate refugees to flee their countries in the next 40 years, a report from the Environmental Justice Foundation (EJF) warns.

The EJF claim that between 500 to 600 million people, equivalent to ten per cent of the world's population, are at extreme risk of displacement by climate change.

A day after coming to power last year, President Mohamed Nasheed declared his intentions of setting up a sovereign fund to relocate the Maldives 350,000 people if sea level rises swamped the island nation.

"We are just 1.5m over sea level and anything over that, any rise in sea level - anything even near that - would basically wipe off the Maldives, so we will be affected very quickly - and very soon," said Nasheed to the authors of the EJA report.

As one of the lowest-lying countries in the world, the Maldives is vulnerable to sea level rises. In 2007, the Intergovernmental Panel on Climate Change said sea level rises of up to 59cm within a century would submerge many of the archipelago's 1,192 islands. Around 80 per cent of the Maldives total land area is less than 1m above sea level and the highest point is 2.4m above sea level.

Further, the EJA report noted that 40 per cent of the population, 70 per cent of fisheries infrastructure, 80 per cent of powerhouses and 99 per cent of all tourist accommodation is within 100m of the coastline.

The report stated that nearly one-third of countries have more than 10 per cent of their land within 5m

of sea level while 11 countries are below 5m and five of these would be threatened by only a 1m sea level rise.

Sea level rises due to melt-water from glaciers and ice sheets as well as thermal expansion of water in seas and oceans will result in beach erosion, coral bleaching, coastal flooding, damaged coastal infrastructure and salinisation of freshwater sources, the EJA report adds.

Small Island Developing States, such as the Maldives, have the largest share of land in low-lying coastal zones and are home to six million people. These countries, the report notes, are disproportionately burdened with the impacts of climate change, despite being among the smallest emitters.

Further, climate change affects those countries that are least able to adapt as well as people who are both economically and socially disadvantaged. Paradoxically, the report said, many of the countries worst hit have the lowest greenhouse gas emissions per capita.

The report advised the creation of a legal term for people who migrate as a result of environmental degradation and climate change so that they are offered protection.

It added that in 2006, delegates from the Maldives government proposed an amendment to the 1951 UN Geneva Convention Relating to the Status of Refugees to extend the definition to include environmental refugees.

The EJF argues the need for a convention for environmental refugees and in the report, Professor

Frank Biermann and Ingrid Boas of Vrije University in Holland, proposed five points to be included in the convention:

- * Planned and voluntary resettlement and reintegration as opposed to ad hoc emergency relief responses
- * Climate refugees to be treated the same as permanent immigrants
- * Any convention must be tailored to an entire group of people, including entire nations
- * Support for national governments to protect their people
- * Protection of climate refugees must be seen as a global problem and global responsibility

The foundation further contends a financial mechanism must be set up to ensure funding is available for climate change adaptation.

The United Nations Framework Convention on Climate Change estimates that US\$49 billion to

US\$171 billion will be needed annually by 2030 for adaptation to climate change.

Putting this figure into context, the report noted that in 2008, the nine biggest US banks paid US\$32.6 billion in bonuses.

The report comes less than a month before world leaders will congregate in Copenhagen to hammer out a successor to the Kyoto Protocol.

Discussions have so far stalled with the developing world arguing rich, industrialised nations must take the lion's share of the responsibility for climate change. Meanwhile, the latter are loath to commit to drastic cuts in emissions.

Last month, Nasheed led his cabinet in the world's first underwater dive to highlight the country's vulnerability to rising sea levels and call for leaders to commit to cuts that will reduce atmospheric carbon dioxide to 350ppm.

Fonte: http://www.minivannews.com/news_detail.php?id=7645
04.11.09

Confusion over climate migrants

Barcelona - A "conspiracy of silence" is stifling debate over the future of people who become displaced through climate change, a top UN official for refugees says.

In an interview with AFP at the UN climate talks in Barcelona, Jean-Francois Durieux, in charge of climate change at the UN High Commissioner for Refugees (UNHCR), said the question "remains taboo".

Under 1951 UN statutes, the term "refugee" applies specifically to a victim of violence or persecution, who is then entitled to help and asylum in other countries.

But no such status exists for people who are forced from their home by drought, flood, storms and rising sea levels unleashed by man-made global warming.

No reliable estimates

"There's a conspiracy of silence at the moment," Durieux said.

"The countries of origin (of displaced people) and host countries are not eager, and are even hostile, about opening up the question," he said.

"The reason is because there is no reliable way of estimating how many people could be affected."

The Stern Review, a 2006 assessment on the economics of climate change authored by British economist Sir Nicholas Stern, quoted estimates of as many as 150-200 million "permanently displaced" environmental refugees by mid-century.

An estimate put forward by the International Organisation for Migration (IOM) suggests 200 to 250 million by the same date.

Definition

One of the problems, though, is that the definition of a climate refugee is hard to pin down, say experts.

For instance, it may be impossible to say whether a single weather event, or even a string of them - such as a run of bad harvests - is part of a natural cycle or inflicted by longer-term human occurrence.

These events can also be amplified by human folly or bad governance, such as allowing people to settle in areas that are vulnerable to water stress, mudslides, hurricanes and so on.

Another complication is that the climate change could be the underlying cause for displacement but its role is masked by conflict or unrest, which are far more visible.

Jeffrey Sachs, director of the Earth Institute at Columbia University, New York, is among those

who believe the war in Sudan's Darfur region is an example where climate change has already driven a badly-stressed region over the brink.

At present, "there is no obligation to accept people fleeing poverty," said Durieux. "Illegal migrants can be expelled."

Boomerang effect

He said the UNHCR was treading delicately on the subject, both because of the legal complexities of how to define a climate refugee and also because of the repercussions of giving asylum to potentially millions of people.

"Member states do accept an open-ended system of this kind, but only for a small number of people," said Durieux.

"If we try to promote a requirement whereby a state would have to accept (climate refugees) for a long time, we won't get anywhere," he said.

"It could have a boomerang effect, hitting people who are already fleeing persecution and cause the current regime of protection, which is already constantly under threat, to unravel."

The UNHCR hopes to make its own proposals within the next year.

In the meantime, a new global climate pact planned under the 192-nation UN Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) - scheduled to be hammered out in Copenhagen next month - could "build a capital of trust" to open the debate, Durieux hoped.

Fonte:

[http://www.news24.com/Content/SciTech/News/1132/39a4a16c17824c258b5514ae3da1e365/05-11-2009-09-09/Confusion over climate migrants](http://www.news24.com/Content/SciTech/News/1132/39a4a16c17824c258b5514ae3da1e365/05-11-2009-09-09/Confusion%20over%20climate%20migrants) 05.11.09

In Nigeria, soil erosion is a state of emergency

Severe erosion over many years in Anambra, southeastern Nigeria, has cut off or destroyed hundreds of homes, businesses, farms and schools, prompting the governor to call for a state of emergency in the area where he says thousands of people now risk being displaced.

Among the worst-hit towns are Idi Ani, Abatete, Oko, Ekwulobia, Nanka and Onitsha, according to Anambra environment commissioner Michael Egbebike, with as many as one million people who could be forced from their homes.

Buildings have collapsed in several towns including Idi Ani, and farmers in the area have seen their fruit trees washed away during this year's rains, according to the town's traditional ruler Igwe Okoye. "We've lost a lot of orange trees, mango trees and palms." He said buildings and other resources have also been affected.

Deepening gulleys

In nearby Abatete, deepening gulleys threaten to make the town's only state-run school unreachable, town councillor Efobe Okeke told IRIN.

"Many homesteads and cash crops are daily in danger of yielding to the fury of this monster," Mr Okeke said. "It is devastating."

Abatete store-owner John Uche told IRIN: "My store which was my source of living was washed away this year; I need help to feed my family."

Until 150 years ago southeastern Nigeria was covered by thick rainforest but soil degradation began with the widespread planting of trees to meet European demands for palm oil in the mid-19th century, according to environmentalists. Palm trees generate soil salinity according to state environmental protection agency (EPA) director, Emma Ude Akpeh.

The combination of this loose soil, hilly landscape and strong rains for several months of the year are ideal erosion conditions, she said. She added that farmers' habit of burning off brush means roots and shrubs that could help curb erosion disappear.

Urban planning

Poor urban planning, population growth and improper waste disposal have converged to exacerbate the problem, environment commissioner Egbebike told IRIN. People dump refuse or build houses on waterways and canals, obstructing the flow of rain-water, causing deep gulleys to form when it rains.

The Anambra environment ministry meanwhile is planting trees near towns to try to stem erosion and is encouraging families to reinforce their houses with sand bags during the rainy season, Mr Egbebike said.

But he said the commission needed more federal and international support to make a real difference.

Anambra's governor has joined four governors from erosion-prone neighbouring states to appeal for federal funding. (IRIN)

Fonte: <http://www.nation.co.ke/News/africa/-/1066/683924/-/13542cdz-/09.11.09>

Climate Displacement: The Muddle on Terminology

By Joel Charn

As fears of the global impact of climate change grow, I'm seeing more and more references in the media to "climate refugees," the millions of people who may be forcibly displaced by the natural and man-made disasters that climate change will provoke. As a descriptive phrase it has the advantage of being short and clear. The problem is that from a refugee rights perspective it is nonsensical, and therein lies yet another dilemma for anyone who wants to communicate clearly about a complex issue.

The 1951 Convention Relating to the Status of Refugees defines a refugee as someone who is outside the country of her or his nationality "owing to well-founded fear of being persecuted for reasons of race, religion, nationality, membership of a particular social group or political opinion."

While in the succeeding decades fleeing conflict has become an accepted rationale for claiming international protection, flight from natural disasters has not. Thus, under international refugee law there can be no "climate refugees."

Indeed, the term points to a gap in the global protection regime that will have to be addressed if climate change has anywhere near the profound impact currently projected. While a change in the Refugee Convention itself may not be warranted (or achievable), an agreed international framework

recognizing that hundreds of thousands of people may need temporary protection in neighboring countries as the result of large-scale climatic events will be necessary. In extreme cases, such as the threatened disappearance of island states like the Maldives, the displacement will be permanent. The international legal ramifications of the various scenarios will need to be negotiated, ideally within the context of the climate change negotiations which continue in Copenhagen in December.

In the meantime, there is no easy solution to the muddle on terminology. What is the alternative to climate refugees? People displaced by climate change (PDCCs)? Climate displaced people (CDPs)? People affected by climatic events (PACEs)? Once again --- as with internally displaced people (vs. the incorrect, misses the whole point "internal refugees") --- rigor gets in the way of directness. But Refugees International has no choice but to stand with the pedants and ban climate refugees from our style book. So get used to phrases like "people forced from their homes by large-scale disasters brought on by climate change" --- you'll be reading many of them in the months and years ahead.

Fonte: <http://www.alertnet.org/db/blogs/50892/2009/10/16-204450-1.htm> 16.11.09

Managing Disasters and Displacement

By S G Vombatkere

Abstract

The article presents the political and economic impacts of various kinds of natural and man-made disasters and associated displacement of populations, and argues for a wider and more inclusive definition of disasters in the interest of human rights, social justice and equity for the victims of disasters.

Legislation, Disasters and People

Numerous disasters at national and international levels have caused governments to recognise the need for rapid and effective response to provide relief and succour to affected populations. Thus the Disaster Management Act, 2005 (hereinafter referred to as the Act), is a necessary, long-awaited legislation.

"Disaster" is defined in Section 2 (d) of the Act, as "a catastrophe, mishap, calamity or grave occurrence in any area, arising from natural or man made causes, or by accident or negligence which

results in substantial loss of life or human suffering or damage to, and destruction of, property, or damage to, or degradation of, environment, and is of such a nature or magnitude as to be beyond the coping capacity of the community of the affected area". However, imminent disaster necessitating large scale, urgent movement of people is not specifically covered under the definition, even though an earlier (2003) Disaster Management Act by the State of Gujarat defines disaster as "... an actual or imminent event, whether natural or otherwise". Thus, notwithstanding that the definition of "disaster management" does speak of "evacuation", "prevention of danger or threat", and "threatening disaster situation", the definition of "disaster" in the Act recognises only the post-disaster situation and for that reason can be considered a legal infirmity.

Some natural events can be anticipated even if accurate prediction may not always be possible. For events such as cyclone or flood, early warning is possible and in some places, systems to activate mitigatory response by evacuation of people to safe areas are already in place. Also, some man-made situations like war or conflict can be anticipated, and again evacuation of people or provision of shelters is possible. However, whether the imminent disaster is natural or man-made, a system-imperative of effective disaster management is scientific forecasting, early warning, political commitment and planned, orderly evacuation to operationalised relief camps. Evacuation of large numbers of people for an unspecified period from their homes, livelihoods and occupations may be enforced with little or no notice. But even for those who may escape the direct effects of the disaster because they had been evacuated earlier or otherwise protected (as inside a disaster-proof shelter) or had fled of their own accord, there is immense human suffering, less only in degree to those actually hit by the disaster event. The hardship and uncertainty of existence in relief camps is heightened by anxiety whether their property would be safe from the disaster event and from looters.

The effects of the disaster are compounded when evacuated people cannot return to their original homes and livelihoods for a protracted period or not at all in the foreseeable future. Such permanently displaced people are subjected to the combined trauma of personal helplessness, social dislocation, physical deprivation, economic destitution and political dis-empowerment that has long-lasting effects on the individual and collective psyche of people of all ages.¹ The point at issue here is not the reason for displacement, or whether they have been displaced to a distant place in a different

social milieu or merely by a few dozen kilometres, but that they have lost a great deal due to their displacement, and have no hope of getting it, or something even close to it, back. They are permanently diminished individually, socially, economically and politically and unable to cope with the situation, notwithstanding relief aid that may flow to them.

Human-induced Displacements

It is necessary to view displacements not only through the prism of natural disasters. Historically, there have always been people who have been permanently displaced as raiding warlords abducted them as "prize". More recently, over 50 millions of African people were taken into slavery to North America in a well-managed European operation spanning two centuries. (That makes an average of about 680 people every day for 200 years.) But once across the Atlantic Ocean, they were not even allowed to live in one place as families or linguistic groups, being deliberately separated, child from parent, sibling from sibling, wife from husband, and sold by slave traders. They faced double-disaster—first by being kidnapped from Africa, and again in North America where they were unable to even live together, while the indigenous North American people were displaced and decimated for their land in the USA and Canada. Many other such large-scale human disasters can be quoted, but in the 20th Century, displacement of Bikini islanders or Diego Garcia islanders and Australia's aboriginal people are only a few further little-known examples of the shame-filled histories of colonial forces.

When the Dalai Lama fled Lhasa in March 1959, about a hundred thousand of his followers also came into India by various routes. They were displaced from Tibet because of its politico-military disaster and sought asylum in India. And they were rehabilitated with grant of lands even as far south as in Karnataka, not by the people who caused the disaster but, following a hoary tradition, by the independent Indian state.

However, the same independent India that gave asylum and land to Tibetans has been displacing its own citizens on a large scale in the name of development and progress, using the Land Acquisition Act, 1894. Based on a study of 54 projects, Roy² has estimated that 33 million people have been displaced by large dams in India in the period 1949-1999, and that most of them were not resettled. This figure does not account for displacement for other projects like mines, thermal and nuclear power plants, industrial complexes, military installations, weapons testing grounds, railways, roads, and the expansion of reserved

forest areas, sanctuaries and parks, but it may well be similar. Naming this as "development-induced displacement" does not alter the fact of suffering and trauma in any manner. Compared to 50 million Africans displaced over 200 years by slave-trading Europeans, 33 million displaced in 50 years only for dams (an average of 1800 daily for 50 years) and that too within an independent, democratic nation, is shameful beyond description. Even worse, this displacement is continuing six decades after Independence in many states in India on a similar scale, for dams, mines, airports, harbours, expressways, industries and special economic zones, all under the rubric of "development".

Multiplying the Discontents of Displacement

Permanent displacement occurs when projects that are planned and executed require land that is occupied by or used by people. In such cases, though admittedly the cause of displacement is not a disaster, the displacement itself is no less than a disaster for the people who are involuntarily displaced, the project-affected families or PAF. The reason for displacement is "public good", "public benefit" or "public interest" that does not bear questioning because of the government's eminent domain over all land.

The trauma of involuntary displacement is usually sought to be mitigated by awarding compensation for the loss of land, livelihood, etc., by offering "land-for-land" or cash or subsidised housing for those who are seen as having lost immovable property. Usually these measures are not acceptable to the PAFs, and in any case there are huge slippages in the implementation due to corruption and other factors. But that is not central to the present discussion.

Development-induced displacement is accompanied by what social scientists or displacement specialists call the "resettlement effect", one definition of which is, "the loss of physical and non-physical assets, including houses, communities, productive land, income-earning assets and sources, subsistence resources, cultural sites, social structures, networks and ties, cultural identities and mutual help mechanisms".³ PAFs are always unable to cope with the disastrous synergy of the components of the resettlement effect, and remain life-long and generational victims of development.

Those who do not possess immovable property in the form of a title to land or a "pucca" house do not even enter into these figures, and hence are not counted as a part of the disaster at all, even though they actually suffer the most. In most places, landless agricultural or forest-dwelling families

outnumber those who have documentary title to their land by a factor of four. (Therefore the numbers of PAFs over the decades is certainly under estimated). It is impossible to quantify the psychological and social trauma at the time of displacement or its downstream individual and social effects. Suffice it to say that in almost all cases of development displacement, tribal (adivasi) or rural and poor people are a large majority of the PAF. It is estimated that 40 per cent of all involuntarily displaced people are adivasi even though they represent only about eight per cent of India's population.

Large-scale forced displacement (euphemistically termed "involuntary displacement") has been involved in almost every dam project, but the most visible in recent times have been the dams in the Narmada valley and the Tehri dam mainly because social activists like Medha Patkar and Sunderlal Bahuguna respectively, have been associated with the resistance to these projects and in demanding the rights of PAFs. In an ambience of judicial inaction and neglect by elected representatives, state governments use the police to enforce displacements, sometimes even in blatant violation of judicial directions for rehabilitation in advance of raising dam height. This has a multiplier-effect on the inevitable trauma of resettlement, and amplifies the disaster because of the PAFs' feeling that injustice against them is state-organised.

Projects and Associated Disasters

Projects, whether of infrastructure or of corporate industry, that are not well conceived, planned and operated according to sound technical, financial and management principles, can become monumental failures, even economic disasters. The Interlinking of Rivers (ILR) project that seeks to connect 30 major Indian rivers by canals that source water from Himalayan rivers could be a set of economic and environmental disasters in the making since Ganga and other Himalayan rivers may have vastly reduced flow in coming years due to global warming. Thus, the ILR project could be an extremely expensive exercise in futility, and implicit are the component human and environmental disasters arising from each of the multiple dam-canal projects in the scheme.

The plan for a "chemical hub" SEZ in 2007 in Nandigram (West Bengal), led to organised resistance by land-losing and livelihood-losing people. The police force and party cadres used by the State to displace the people led to a socio-political disaster, with many deaths, rapes and permanent disabilities. However, due to the staunch resistance of the people of Nandigram, the plan for the SEZ was shifted to another area, thus

stalling the displacement, but the effects of the disaster caused by state violence remain. The proposal for Tata Motors' automobile factory and other accessories factories in Singur (also in Communist-led West Bengal) has had very similar effects as Nandigram on the affected people. While these two projects have almost destroyed the decades-long political supremacy of the communist regime in West Bengal (which is the concern only of the concerned political parties), the disaster inflicted upon the affected people cannot be neglected or simply treated as collateral damage.

There are many ongoing or upcoming human-cum-environmental disaster hot-spots of resistance around the country. A few examples are the Narmada valley dams (Madhya Pradesh and Maharashtra), bauxite mining in Orissa by Utkal Alumina and Vedanta Alumina in Kshipur and Niyamgiri respectively, steel project by POSCO near Paradip (Orissa), Tata steel factory at Kalinganagar (Orissa), SEZs in Maharashtra and other states, Tipaimukh dam (Manipur), Polavaram dam (Andhra Pradesh), several dams in Uttarakhand and Himachal Pradesh, Sethusamudram Canal (Tamil Nadu), Koodankulam Nuclear Power Plant (Tamil Nadu), and Uranium mining at Jadugoda (Jharkhand).

If for any reason, a dam on a river or an embankment should fail structurally (like the Kosi embankment in August 2008) or if, due to bad planning, water is released in panic to save the structural integrity of the dam (for example, Ukai dam, Gujarat, August 2006) the downstream reaches of the river suffer serious damage with loss of life and property, which surely qualify as a disaster. But there are disasters even with normal functioning of a dam. When a dam is constructed for irrigation, power or flood control, it causes substantially reduced flow of water in the river, and results in permanent economic hardship to people living downstream, creating a situation with which they are unable to cope since it involves loss of livelihood. Thus, large dams cause disaster by initially displacing people from and drowning forests and wildlife in the submergence zone, and the disaster continues to play out as downstream people are adversely affected from year to year with too little or too much water. This is not to argue that there are no benefits from dams, but that the benefits do not reach those who lose out every year as unrecognized disaster victims.

Aggregating Little Disasters

Displacement disasters occur in border areas when circumstances force populations to move—or they are forcibly moved—during times of armed conflict or full-fledged war with neighbours, or when there is

officially declared insurgency that disrupts normal civic life. In such man-made circumstances, the Act appears to be applicable even though it is not applied. But there are instances where the Act does not apply as on date, and this calls for formal reconsideration. For example, the forced displacement of families of Kashmiri Pandits from Srinagar valley due to civil unrest has largely gone unnoticed, but it cannot be denied that it was a disaster for the migrant families in terms of the definition in the Act, and due to inadequate resettlement, the disaster continues in their daily lives to this day.

At a family level, especially a poor family, serious illness or death of a bread-winner by suicide, accident or disease, undoubtedly is a disaster for the family, which is usually unable to cope emotionally and economically with the situation. Such a family is invariably ruined and its surviving members damned to misery and penury in town or city slums. Such “little disasters” aggregate into the fearsome figure of many lakhs of such unfortunates over the decades, which constitute a huge, on-going, silent disaster. Politicians who are focussed on intra- and inter-party power struggles, bureaucrats and economists who myopically focus on GDP growth, and the self-insulated judiciary, appear to be unaware of this. This on-going, accumulating disaster did not happen suddenly—it has been going on for decades, but has accelerated since India's New Economic Policy of 1991 of economic reforms leading to privatisation and liberalisation.

The fortuitously appropriate absence of the word “sudden” in the definition of disaster in the Act, permits argument that any occurrence with “... substantial loss of life or human suffering...” is a disaster. But the meaning of “substantial” is necessarily subjective, depending upon the nature of the disaster, its magnitude and its immediate and longer-term consequences, and the possibility of people returning to their way of life, at least as it was before the disaster.

Depending upon the nature of the disaster or its threat, “substantial” would necessarily be determined by reference to a “whole” by an arbitrarily chosen ratio. This is where the contact of politicians and bureaucrats with real-time ground situations is vital, to decide what is “substantial”. Sadly, such contact is lacking since many politicians in the electoral game are extremely wealthy. Crorepatis by their own pre-election declarations,⁴ they appear to have distanced themselves emotionally from the very poor public, especially rural or adivasi, and are almost never seen at disaster sites at the time of crisis. Even the Mumbai “26/11 attack” on the high-end Taj Hotel

did not arouse enough empathy for the Maharashtra Chief Minister to visit the scene until days after the terrorists were flushed out, and then almost like a tourist. Top politicians are physically distant from the public because of their high category security cover, or their fears of coming within shoe-throwing or spitting range of people with a grouse, of whom there is no dearth. They are also insulated from public opinion by various levels of bureaucracy who act as “filters”. While it is understandable that every person at high levels of governance or administration is subjected to information-overload and so “filters” are a necessity, part of his/her job is to devise his/her own methods to keep in touch with the public and keep those “filters” under control.

Therefore, in actual practice, apart from aerial survey of a disaster-hit area or second-hand media reports from the ground, top political leaders are largely unaware of the real-life “... coping capacity of the community of the affected area” with regard to disasters. As an example of emotional distance or skewed priorities, the Maharashtra Chief Minister spends time and effort to address the media regarding rape charges against actor Shiney Ahuja (this could as easily be done by the police officials or bureaucrats), in preference to addressing the on-going disasters of displacement of lakhs of slum dwellers in the same city. This demonstrates the increasing distance between wealthy people who are in power and the inarticulate poor. And this top-level blindness to the on-going, aggregating “little disasters” adds fuel to violent movements directed against the State. Thus, the ground swell of social discontent and unrest grows... Nero playing the fiddle while Rome burns.

Time-scale of Disaster

The dictionary meaning of the word disaster is, “a sudden event such as an accident or natural catastrophe, that causes great damage or loss of life”. As it should be, disaster is more accurately defined in the Act. The important difference between the two is that the word “sudden” or any synonym or suggestion of suddenness is absent from the definition in the Act. Famine or drought, for example, is a disaster which is not a sudden occurrence, whether it is man-made or due to natural causes. Since government has to

necessarily intervene in famine or drought situations to provide relief, the word “sudden” quite appropriately does not occur in the Act. However, the absence of “sudden” does not change the disaster-effect of displacements due to development projects.

Climate Change Disasters

The scale of environmental disaster-induced displacement (migration) that is anticipated due to climate change is likely to make earlier mass-migrations look like picnics. Climate change is very slow and barely noticeable even on a year-to-year basis, but it is happening, and disasters due to these changes will be faced not only by the people who migrate but also by the people living in the areas to which they migrate. This poses a disaster threat to national and international security. For the sake of completeness, it is necessary to say that beyond a certain “tipping point” (which is difficult to determine), the changes may not be slow but on the other hand may well be frighteningly rapid.

Governments’ Responsibility

But leaving aside climate change disasters, even if governments do not take precautionary measures against natural or man-made disasters or cannot pre-empt certain disasters, at least government’s empowerment by well-intentioned legislation like the Disaster Management Act, 2005, can be used to mitigate suffering of populations who are victims of disasters. Numerous projects in the past have necessitated the displacement of huge numbers of families, and a number of on-going projects all over India continue this trend. Since involuntary displacement for project affected families (PAFs) is, according to Section 2(d) of the Act, “a catastrophe or grave occurrence from man-made causes, which results in human suffering and destruction of property, and is of such a magnitude as to be beyond the coping capacity of the community of the affected area”, PAFs deserve to be treated as victims of man-made disasters. Responsive and responsible Central and State Governments that claim to represent the people cannot afford to do less.

Fonte: <http://www.mainstreamweekly.net/article1763.html> 17.11.09

ESPAÑOL

Cambio climático podría crear 150 millones de refugiados en el 2050

Si el planeta sigue enloqueciendo a golpe de cambio climático, las víctimas de esta ruleta rusa acabarán saltando por los aires. El suelo quemará bajo sus pies y sobre sus cabezas, es decir, no tendrán ni donde estar ni adónde ir. Los afectados se contarán por millones. Según un nuevo informe de la Fundación de Justicia Ambiental (EJF), el calentamiento global puede crear 150 millones de refugiados climáticos en 2050. Ello supone que el 10% de la población mundial estará en riesgo de desplazamiento forzado.

Las previsiones son nefastas. Si el cambio climático sigue su actual curso, en los próximos 40 años sus efectos obligarán a abandonar sus hogares a 150 millones de personas. Serán refugiados del clima, una nueva generación de inmigrantes que buscarán otros lugares, incluso otros países donde vivir, según la EJF.

Pero, aunque parezca un tema nuevo, emigrar para escapar de desastres naturales es algo que ya viene ocurriendo. En 2008, por ejemplo, más de 20 millones de personas fueron desplazadas por los desastres climáticos. Una cifra que se multiplicará de no detenerse las emisiones de CO₂, advirtió el presidente de las Maldivas, Mohamed Nasheed, quien pronunció unas palabras en la presentación del informe.

Nasheed hizo un llamamiento a los países ricos que participan en la cita del clima de la ONU (COP15). En concreto, instó a los gobiernos a dar con fórmulas que permitan mantener la temperatura del planeta:

Las Maldivas está a sólo 1,5 m sobre el nivel del mar y cualquier aumento de las aguas acabará con estas islas. La gente se verá obligada a desplazarse, y ya hemos tenido problemas de este año con dos islas, que han tenido que trasladarse a otras islas. Tenemos derecho a vivir. (Traducción libre)

A más largo plazo, según el informe, los cambios del clima provocarán diversos problemas, incluida la desertificación y la elevación del nivel del mar que inundará zonas bajas y pequeños Estados insulares.

Datos concretos sobre lo que nos espera: Expertos sobre el Cambio Climático de la ONU (IPCC) predicen el aumento del nivel del mar alrededor de 18-59cm en el siglo XXI. Y, según el informe de la EJF; los países en riesgo de perder toda o una parte significativa de sus tierras en los próximos 50 años son Tuvalu, Fiji, Islas Salomón, las Islas Marshall, las Maldivas y algunas de las Antillas Menores.

Muchos otros países, como Bangladesh, Kenia, Papua Nueva Guinea, Somalia, Yemen, Etiopía, Chad y Rwanda, podía sufrir grandes movimientos de personas, "una migración forzada en una escala sin precedentes", dijo el director de la EJF, Steve Trent.

Fonte:
http://bolsonweb.com.ar/diariobolson/columna_detalle.php?id_post=3656 04.11.09

Refugiados ambientales superan los de guerra

"Por primera vez, los refugiados ambientales superan en número a aquellos que escapan de la guerra", asevera el Coordinador Internacional de la Asociación Ecologista Italiana Legambiente, Maurizio Gubbiotti.

Florença, Italia.- Gubbiotti dio las declaraciones a Inter Press Service. Por su trascendencia en la vida humana, a nivel mundial, Revistazo.com la reproduce de forma íntegra a continuación:

Millones de personas pronto tendrán que abandonar los lugares donde viven por el recalentamiento planetario. La mitad se trasladarán por catástrofes naturales, y el resto por la desertificación y el aumento del nivel del mar, señala un informe elaborado por Legambiente que se presentará a mediados de este mes en Roma.

"Los refugiados ambientales son la real emergencia del futuro. Y hay una devastadora emergencia social detrás de la crisis ambiental y climática que enfrentamos hoy", señaló Gubbiotti, quien dialogó

con Stefania Milan, de IPS, en la noroccidental ciudad italiana de Florença.

IPS: ¿Cuán seria es la crisis para la gente?

MAURIZIO GUBBIOTTI: La Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (Acnur) prevé entre 200 y 250 millones de refugiados ambientales para 2050. Nuestro informe muestra que ya hay una crisis importante.

Es difícil evaluar la dimensión real del problema, porque un solo huracán puede tener un impacto dramático sobre las cifras. El ciclón tropical Nargis, que devastó Birmania en mayo de 2008, dejando 140.000 muertos, generó 800.000 desplazados.

IPS: ¿Cuáles son las áreas en mayor riesgo?

MG: Todas las que ya son bastante pobres y frágiles. El continente africano y zonas costeras de Asia, en particular Bangladesh y las islas del Pacífico. Pero también la región mediterránea y América Latina están en peligro.

Y las islas Maldivas: 85 por ciento de mayor de ellas está amenazada por el aumento del nivel del mar, y alrededor de 300.000 personas tendrán que trasladarse pronto. En Guyana Francesa pronosticamos que habrá unos 600.000 refugiados ambientales en los próximos años.

IPS: ¿A dónde irá esa gente?

MG: Unas 300 personas mueren cada mes intentando llegar a las fronteras de Europa, cruzando el mar Mediterráneo. Advertimos su presencia solamente cuando emigran a países industrializados. Pero, en realidad, la mayoría de los refugiados ambientales sólo pueden viajar a países circundantes, lo que agrava la situación de las naciones pobres.

Muchos son desplazados internos. No hay cifras sobre quienes se desplazan por razones ambientales, pero creo que aproximadamente 50 por ciento de ellos no tienen los recursos para huir de sus países.

IPS: Los desplazados ambientales, ¿tienen un estatus legal?

MG: El derecho internacional no los reconoce como refugiados, dado que las Convenciones de Ginebra adoptadas por la Organización de las Naciones Unidas (ONU) en 1951 solamente cubren a los refugiados políticos o raciales. Pensamos que es tiempo de colocar el estatus de refugiado ambiental en la agenda internacional.

Esperamos contribuir al debate internacional con nuestro informe, que será presentado a mediados de junio en Roma, en las reuniones entre la sociedad civil y el gobierno del Grupo de los Ocho (G-8) países más poderosos, que reunirá a organizaciones no gubernamentales con los ministros de cooperación internacional.

10.06.09

IPS: ¿Cuál es la solución?

MG: Hay sólo una posibilidad de salir de esta crisis ambiental y humanitaria: tenemos que invertir tanto en el ambiente como en los derechos humanos.

Debemos invertir en superar nuestra dependencia del petróleo y el carbono, en favor de fuentes renovables, y en la agricultura sustentable y el reciclaje de desechos. Tenemos que asignar fondos a la mitigación de los daños creados por el cambio climático, y

abandonar las políticas proteccionistas de la agricultura europea, que apoyan nuestros cultivos pero impiden que los productos de las economías pobres sean competitivos.

Pero la crisis ambiental también necesita una respuesta social. No estamos hablando simplemente de tierra, sino de gente. Los políticos consideran que las migraciones son una cuestión de orden público. Debemos comprender que detrás de este fenómeno hay un reclamo de supervivencia: estas personas no tienen futuro ni posibilidades de sobrevivir en sus lugares de origen.

IPS: ¿Pueden los países actuar de modo individual?

MG: No. Necesitamos soluciones globales. Tenemos que dar fuerza a las Naciones Unidas, a la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO) y al Protocolo de Kyoto. Pero la clave para volver efectivas estas instancias es el multilateralismo, decidir juntos.

Tenemos muchas esperanzas en la nueva era multilateral inaugurada por el presidente de Estados Unidos, Barack Obama. Es el momento justo para terminar con el enfoque bilateral sobre la pobreza, en el que los países ricos deciden qué es bueno para los pobres.

Fonte:

http://www.revistazo.biz/cms/index.php?option=com_content&view=article&id=153:refugiados-ambientales-superan-los-de-guerra&catid=19:proyectos&Itemid=19

Refugiados climáticos: un estatuto difícil de crear

BARCELONA — El problema de los refugiados climáticos, obligados a dejar sus tierras por los efectos del calentamiento global, sigue siendo un tema tabú para los países afectados y un rompecabezas para Naciones Unidas a la hora de crear un estatuto específico para ellos.

"Sigue siendo un tabú. Tanto los países de origen como los de acogida son reticentes, incluso hostiles, a abrir el debate. En particular porque no existen previsiones del número de personas que se verán afectadas", explica Jean-François Durieux, responsable de cambio climático del Alto

Comisionado de Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR).

En una entrevista con AFP al margen de la negociación climática de Barcelona, Durieux afirmó esperar que el futuro acuerdo de Copenhague, que debe cerrarse en diciembre, incluya esta cuestión y permita "generar la confianza necesaria para abrir este debate". Por el momento, lamenta, se trata de una "conspiración del silencio".

En 2050, el número de personas obligadas a abandonar sus tierras a causa de la degradación del clima podría alcanzar entre 200 y 250 millones, según estimaciones de la Oficina Internacional de Migraciones. "Pero no es posible hacer un pronóstico y esta falta de predicción es aterradora", explica Durieux.

El representante de ACNUR juzga también arriesgado llevar el debate hacia la creación de un estatuto del refugiado climático. "Si intentamos promover una obligación de acogida a largo plazo, no llegaremos a nada", advierte.

Para crear esta nueva figura jurídica del "refugiado climático", sería necesario enmendar el estatuto internacional de 1951, que reconoce como refugiado a una persona víctima de persecución y violencia, y que los 192 miembros de Naciones Unidas elaborasen un nuevo tratado.

Por otra parte, advierte Durieux, "esto puede provocar un efecto bumerán en las personas que ya huyen de las persecuciones amenazando al régimen de protección actual".

La reflexión debe partir de la imposibilidad para estos desplazados de volver a su región de origen

a causa de la degradación de su hábitat y trabajar con los países de acogida para que no se les considere como inmigrantes ilegales y se les permita quedarse, explica.

Por otra parte, muchas de las poblaciones expulsadas de sus tierras por las catástrofes naturales no cruzan las fronteras internacionales, sino que se desplazan a otras regiones dentro de su país. Estas personas ya están, al menos en teoría, cubiertas por un estatuto jurídico, pese a que a veces éste no es repetado, recuerda.

"La dificultad de una nueva definición será asegurar que una vez creada, será respetada. Y sería necesario poder establecer con claridad un vínculo directo con las causas climáticas", explica el representante del ACNUR.

Los refugiados climáticos ya son una realidad, pese a que en algunos casos huyen oficialmente de conflictos armados, como en Darfur. "Es una lucha por la supervivencia, pero no existe ninguna obligación de acoger a las personas que huyen de la pobreza", explica Durieux.

El experto del ACNUR espera que su organismo esté en medida de hacer propuestas sobre los refugiados climáticos el próximo año. De momento, intenta gestionar las consecuencias del cambio climático en sus propias infraestructuras, como un campo de 300.000 refugiados en el norte de Kenia, que se ve frecuentemente inundado.

Fonte:

http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5gAl_GFQqx1cPCi9dGu9o-W69Z5yA?index=0&ned=es 05.11.09

Somalia: Las fuertes lluvias agravan la situación de los desplazados

Las fuertes precipitaciones están afectando gravemente a miles de familias desplazadas por las hostilidades en Mogadiscio que buscaron refugio entre la capital y Afgoye. Aunque muchas familias se mudaron a zonas más altas, siguen a merced de las lluvias. Cruz Roja ha distribuido 7.000 lonas para que sirvan como refugio de emergencia.

Según las previsiones, basadas en parte en los efectos del fenómeno meteorológico de El Niño, en los próximos días y semanas continuarán, e incluso arreciarán las lluvias en Somalia y las tierras altas de Etiopía. Como consecuencia de ello, existe un riesgo elevado de que se abran brechas en las orillas de los ríos, que llevan años descuidadas.

En septiembre, el CICR colocó 230.000 sacos de arena en distintos puntos de las orillas de los ríos Shabelle y Juba, en el centro de Somalia, para que las comunidades locales apuntalen las orillas de los ríos y reducir así el riesgo de que se inunden poblados y granjas. En octubre, se distribuyeron 30.000 sacos más en Gedo y 20.000 en Shabelle Medio.

En Juba Medio y Bajo, Shabelle Medio, y Bay suministró a 45.000 personas indigentes que habían tenido que huir de las hostilidades en Mogadiscio material para construir refugios, mantas, telas, utensilios de cocina y bidones.

Tras varias malas cosechas consecutivas causadas por la sequía, muchos campesinos pobres ya no tienen suficientes semillas para

proseguir su actividad agrícola. Por eso, el CICR distribuyó 300 toneladas métricas de semillas de alimentos básicos (maíz, sorgo y caupí), así como raciones alimentarias para un mes a 120.000 campesinos de distintas zonas del sur de Somalia.

“Las personas que recibieron las semillas deberían ser capaces de producir lo suficiente para alimentar a sus familias entre enero y la siguiente cosecha en junio”, sostiene Ottavio Sardu, ingeniero agrónomo del CICR que trabaja para la delegación

de Somalia. “Las raciones alimentarias que se han distribuido permitirán que la gente tenga suficientes alimentos durante la próxima campaña agrícola”.

El CICR también distribuyó una ración de alimentos deshidratados para dos meses a 45.000 personas de Sool afectadas por la sequía y que necesitaban alimentos con urgencia, al haber perdido su ganado y todos sus medios de subsistencia.

Fonte: <http://elmercuriodigital.es/content/view/22958/53/> 11.10.09

Cambio Climático-Vietnam: Salud y derechos humanos en juego

Por Helen Clark

HANOI, nov (IPS) - Vietnam es uno de los países que se verá más perjudicado por el cambio climático. Los peores pronósticos indican que las tierras bajas anegables del delta del río Mekong, donde se concentra el grueso de la producción arroceras, quedarán bajo agua.

El aumento de un metro del nivel del mar, pronosticado para 2100, afectará a 10 por ciento de los actuales 86 millones de habitantes, y disminuirá una igual proporción el producto interno bruto.

Los pronósticos divulgados por el gobierno en agosto no pudieron ser más acertados, según muchas organizaciones internacionales.

La relación entre derechos humanos, salud y cambio climático preocupa cada vez más por las millones de personas desplazadas por razones ambientales y por la posibilidad de que aumente la propagación de enfermedades transmitidas por un vector, como el paludismo y el dengue.

El vínculo entre los tres elementos fue discutido en la Conferencia Internacional sobre Realización de los Derechos de Salud y Desarrollo para Todos, realizada en Hanoi del 26 al 29 de octubre.

Un millón de las 150 millones de personas que emigran en el mundo lo harán por razones ambientales en Asia, indicó en la apertura de la conferencia Daniel Tarantola, profesor de salud y derechos humanos en la Universidad de Nuevo Gales del Sur.

"La emigración forzada aleja a las personas de la infraestructura básica que es imprescindible para una buena atención sanitaria, como saneamiento y agua potable, y las deja vulnerables a enfermedades transmisibles en refugios temporales hacinados y con pocos servicios", añadió Tarantola, uno de los organizadores del encuentro de Hanoi.

La rápida urbanización, y los problemas de salud que conlleva, es otro de los asuntos que preocupa.

Alrededor de 60 por ciento de la población mundial vivirá en ciudades en 2030, bastante más que en 1900, cuando la relación llegaba apenas a 14 por ciento, indicó Tarantola. "La urbanización deja a cientos de millones de personas expuestas a la contaminación aérea y a servicios y saneamiento inadecuados, en especial en Asia", remarcó.

Tres de cada cuatro vietnamitas viven en el campo, pero el país padece una rápida urbanización. Ho Chi Minh, el polo comercial del sur, superó hace poco los siete millones de habitantes.

"Distritos rurales serán ciudades a causa del cambio climático", dijo Tarantola a IPS. Los centros urbanos "no están preparados para tanta gente. Cómo vamos a proteger a Ho Chi Minh", preguntó.

Dos tercios de esa ciudad del delta del río Mekong estarán bajo agua en 2050, estimó el Banco de Desarrollo Asiático.

La respuesta al cambio climático en Asia consistió más en responsabilizar a las naciones industrializadas que en adoptar medidas de mitigación propias, señaló el especialista en cambio climático, Gurmit Singh, de Malasia.

El gobierno de Vietnam "implementó muchas políticas de adaptación sofisticadas. Hay conciencia de que mañana no será como ayer", sostuvo Tarantola, más optimista que Singh.

No será "trascendental ni sofisticada", dijo por correo electrónico a IPS Koos Neefjes, asesor de cambio climático del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). "Pero al menos Vietnam avanzó en "la implementación de mejoras para la gestión de desastres", añadió.

Los rápidos esfuerzos realizados por el gobierno salvaron muchas vidas cuando el tifón Ketsana arrasó la costa central del país y mató a 163 personas. Los pronósticos indican que aumentarán los episodios climáticos severos.

"Vietnam recibe alrededor de seis tifones al año y éste es el noveno", dijo a IPS Ugo Blanco, de la rama de gestión de desastres del PNUD, refiriéndose a Ketsana, que golpeó Vietnam a fines de septiembre. "Y todavía faltan uno o dos meses para el fin de la temporada de tormentas tropicales. El cambio climático tendrá un impacto negativo", remarcó.

Este país "sufrirá más las consecuencias del cambio climáticos en el futuro", señaló el viceprimer ministro Hoang Trung Hai en la conferencia de Hanoi.

El gobierno aprobó un fondo de entre 12 y 14 millones de dólares para llevar adelante 36 proyectos, a partir de este año y hasta 2020. Uno de los asuntos centrales será generar conciencia en la población sobre el cambio climático, según la prensa local.

También aprobó el Programa Objetivo Nacional para responder al fenómeno.

"Vietnam será respetado por haber logrado esto tan rápido cuando el mundo tomó conciencia del cambio climático allá por 2007", señaló Neefjes.

Los derechos humanos tienen mucho que ver con las soluciones de adaptación y mitigación del problema, remarcó Tarantola. La gente que sufre inundaciones y pierde sus tierras y sus cultivos tiene, por lo general, dos opciones: quedarse o irse.

"Hasta qué punto las personas involucradas están incluidas en la decisión", preguntó. "La reubicación pone en riesgo sus derechos humanos. Difícilmente haya más tierras cultivables en Vietnam. El nuevo contexto cultural, social y económico será diferente", explicó.

"Miras la desventaja como la reducida capacidad para lidiar con el asunto", dijo a IPS. "Los niños se ahogan ¿cómo protegerlos de las inundaciones? Luego miras a las mujeres desde una perspectiva social y económica. Consideras los derechos humanos y tratas de respetarlos", añadió.

"Diferentes comunidades de profesionales y especialistas en desarrollo, salud y ambiente se juntan, y eso tiene que ocurrir más a menudo", señaló Neefjes. "Pero mezclamos todo. No creo que el cambio climático sea un 'escenario', sino un conjunto de presiones", sostuvo. (FIN/2009)

Fonte: <http://ipsnoticias.net/nota.asp?idnews=93938> 12.11.09

Entidades llaman atención para migrantes forzosos por el cambio climático

El cambio climático ya afecta la vida de varias personas y seres vivos de distintas regiones del mundo. Sin embargo, el calentamiento, la sequía, los fenómenos meteorológicos extremos y el aumento del nivel del mar contribuirán aún más para los problemas en determinados locales. Para huir de los efectos del cambio climático, muchas personas serán obligadas a migrar, o sea, serán "migrantes forzosos inducidos por el cambio climático".

Para llamar atención de los líderes mundiales sobre los derechos de esos migrantes, Organizaciones No Gubernamentales (ONGs), Organizaciones Sociales Civiles (OSCs) y representantes de grupos profesionales firman un documento en que destacan la importancia de garantizar a esas personas sus derechos sociales, culturales y económicos.

De acuerdo con el documento, actualmente, los migrantes forzosos inducidos por el clima "son incorrectamente denominados como 'refugiados

climáticos' o 'personas desplazadas por razones medioambientales' (PDMs)". Según las organizaciones, tales denominaciones perjudican estos tipos de migrantes, los cuales no reciben la asistencia apropiada ni tienen todos sus derechos garantizados.

Prueba de eso es lo que afirman las oficinas del Alto Comisionado para los Refugiados de las Naciones Unidas (ACRNU) y la Organización Internacional para la Migración (OIM). De acuerdo con el documento de las organizaciones, los organismos internacionales ya advirtieron que "'refugiados climáticos' o 'refugiados medioambientales' no tienen bases legales en la ley de refugiados internacionales y deberían ser evitados con el fin de no quebrantar el régimen legal internacional para la protección de los refugiados".

De la misma manera, el término "personas desplazadas medioambientalmente" tampoco es considerado el más apropiado para esas personas.

Eso porque, según las organizaciones, esta denominación sigue el perfil de las Personas Desplazadas Internamente (PDIs) del ACNUR, "donde las comunidades internacionales se hacen menos responsables para mitigar la crisis".

Conforme los firmantes del documento, la introducción de los migrantes forzados inducidos por el clima en la categoría de las PDIs puede debilitar la justicia para los migrantes y, con eso, pueden no recibir la asistencia adecuada. "¿Por qué asemejar a las 'personas desplazadas obligadas por el clima' a los 'refugiados políticos' o a los 'desplazados internos'?", cuestionan.

Según el documento, se estima que, en 2050, el número de migrantes forzados inducidos por el clima será diez veces superior a todas las PDIs y los refugiados actualmente documentados. "Eso significaría que hacia 2050, una de cada 45

personas del mundo estaría desplazada debido al cambio climático.", afirma.

Además del número de impactados, las organizaciones destacan también que los efectos del cambio son diferentes y tienen proporciones distintas en las regiones afectadas. Por eso, los firmantes del documento acreditan ser importante la protección a los derechos de los migrantes forzados.

"En línea con la Declaración de los Derechos Humanos y el principio de equidad del CMNUCC [Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático], necesita crearse un régimen aparte, legal, político e independiente bajo un Protocolo que salvaguarde a los 'migrantes obligados por el cambio climático'.", consideran.

Fonte:

<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=ES&boletim=1&cod=42952> 16.11.09

26 millones de personas se han convertido ya en refugiados climáticos

Cientos de reproducciones en miniatura de tiendas de campaña han invadido las calles y plazas de Bruselas, Londres, Berlín, Dublín y Madrid representando a los millones de desplazados por el cambio climático que hay en el planeta.

Intermón Oxfam en España quiere llamar así la atención sobre lo que puede ocurrir si las personas de los países pobres, que ya están sufriendo las consecuencias del cambio climático, no reciben fondos destinados a paliar los efectos de este fenómeno.

La acción tiene lugar la víspera de la cumbre de los jefes de Estado y de gobierno de la UE que es, según la organización, la última oportunidad para que éstos alcancen un acuerdo sobre la financiación antes de la reunión sobre Clima de la ONU del próximo mes de diciembre. Precisamente, en este encuentro debería definirse la cantidad final que ofrecerá la Unión Europea.

La canciller alemana, Angela Merkel, y el primer ministro polaco, Donald Tusk, asistirán a este encuentro bajo presión, pues sus gobiernos han sido acusados de bloquear un posible acuerdo hasta la fecha. Con tan sólo cinco días de negociaciones previstos antes de la cumbre de Copenhague, una oferta significativa sobre financiación por parte de la UE, podría suponer el rescate del liderazgo europeo en la lucha contra el cambio climático y encauzar las conversaciones internacionales para que el encuentro en Copenhague sea un éxito.

Según Intermón Oxfam, España no ha jugado un rol activo para determinar la posición europea de financiación sobre el cambio climático, pero desearía ver un acuerdo firme en Copenhague para no cargar con este lastre durante la presidencia española de la Unión Europea en el primer semestre de 2010. Por ello apoyará un compromiso concreto de financiación con dinero nuevo y adicional.

"Es hora de que los Estados miembros de la Unión Europea dejen de echar balones fuera, pues tienen capacidad financiera de sobra para garantizar un acuerdo en Copenhague. Necesitamos que se comprometan políticamente y definan cifras concretas para este fin. No se debe obligar a los países pobres a elegir entre la construcción de defensas contra las inundaciones o la construcción de escuelas", afirmó Gloria Bigne, directora de Intermón Oxfam en Madrid.

"El dinero que se precisa para paliar los efectos del cambio climático tiene que ser adicional a los compromisos de ayuda al desarrollo, pero el Gobierno español no ha respaldado aún públicamente esta postura. El presidente del Gobierno es un fuerte defensor de cumplir los compromisos de ayuda, pero mantiene un discurso confuso sobre la necesidad de nuevos fondos para paliar los efectos del cambio climático", añade Bigne.

26 millones de desplazados

Se calcula que 26 millones de personas ya han sido desplazadas debido a las consecuencias del calentamiento global y que, cada año, un millón más engrosa esta cifra. Los patrones climáticos son ahora impredecibles. Lluvias torrenciales, sequías e inundaciones, entre otros fenómenos naturales, están destrozando la vida de los más desfavorecidos.

"Los líderes europeos están actuando como si el cambio climático no fuera su problema; pero no hay fronteras para el calentamiento global. Millones de personas van a ser desplazadas de sus hogares en los próximos años a menos que los países ricos inviertan en la adaptación a este fenómeno de los países empobrecidos ", señaló Bigne. "Si no lo

hacen, contaremos los costes de ello en vidas humanas", añadió.

Oxfam Internacional pide a Europa, el principal autor de la crisis climática, que destine 35.000 millones de euros al año para ayudar a los países en desarrollo en su adaptación a los efectos del calentamiento global. Este dinero debe ser adicional a los compromisos de ayuda existentes del 0,7% de la Renta Nacional Bruta, apuntó la responsable de la organización. Asimismo, pide a los líderes europeos una reducción de las emisiones de Co2 de al menos el 40% hasta 2020 sobre los niveles de 1990.

Fonte:

<http://www.elmundo.es/elmundo/2009/10/28/solidaridad/1256746479.html> 28.10.09

Prossimi numeri della Rassegna MIGRAZIONI NELL'ATTUALITÀ:

- Marzo 2010 – Migrazioni e violenza
- Giugno 2010 – Economia e migrazioni: lavoro / *brain drain*
- Settembre 2010 – Cultura: xenofobia / discriminazioni

Próximos números da Resenha MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE:

- Março 2010 – Migrações e violência
- Junho 2010 – Economia e migrações: trabalho / fuga de cérebros
- Setembro 2010 – Cultura: xenofobia / discriminações

Next up dates our MIGRATION REVIEW:

- March 2010 – Migration and violence
- June 2010 – Economy and migrations: work / brain drain
- September 2010 – Culture: xenophobia / discriminations

Próximos números de la Reseña MIGRACIONES EN LA ACTUALIDAD:

- Marzo 2010 – Migraciones y violencia
- Junio 2010 – Economía y Migraciones: trabajo / fuga de cerebros
- Septiembre 2010 – Cultura: xenofobia / discriminaciones

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO ... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA !...
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos:
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS